



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
FACULDADE DE LETRAS

Enunciação: projeção de vozes e marcas enunciativas como estratégia de argumentação em textos noticiosos no Extra

Luciana Abrahão Passos Faht

Rio de Janeiro
2021

LUCIANA ABRAHÃO PASSOS FAHT

**ENUNCIÇÃO: PROJEÇÃO DE VOZES E MARCAS ENUNCIATIVAS
COMO ESTRATÉGIAS DE ARGUMENTAÇÃO EM TEXTOS NOTICIOSOS
NO EXTRA**

Monografia submetida à Faculdade de Letras da
Universidade Federal do Rio de Janeiro, como
requisito parcial para obtenção do título de
Licenciado em Letras na habilitação
Português/Literaturas.

Orientadora: Profa. Doutora Regina Souza Gomes

RIO DE JANEIRO

2021

FL971e Faht, Luciana Abrahão Passos
Enunciação: projeção de vozes e marcas enunciativas
como estratégias de argumentação em textos noticiosos no
Extra / Luciana Abrahão Passos Faht – Rio de Janeiro,
2021.
64fl.

Orientadora: Profa. Doutora Regina Souza Gomes
Trabalho de conclusão de curso (graduação) -
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de
Letras, Licenciatura em Letras: Português – Literaturas,
2021.

1. Tipos de discurso. 2. Enunciação. 3. Polifonia. I.
Gomes, Regina Souza, orient. II. Título.

FOLHA DE AVALIAÇÃO

LUCIANA ABRAHÃO PASSOS FAHT

DRE: 113049030

ENUNCIACÃO: PROJEÇÃO DE VOZES E MARCAS ENUNCIATIVAS COMO
ESTRATÉGIAS DE ARGUMENTAÇÃO EM TEXTOS NOTICIOSOS NO EXTRA

Monografia submetida à Faculdade de Letras da
Universidade Federal do Rio de Janeiro, como
requisito parcial para obtenção do título de
Licenciado em Letras na habilitação
Português/Literaturas.

Data de avaliação: ____/____/____

Banca Examinadora:

Nome completo do Orientador – Presidente da Banca Examinadora Prof. + titulação +
instituição a que pertence

NOTA: _____

Nome completo do Leitor Crítico Prof. + titulação + instituição a que pertence

NOTA: _____

MÉDIA: _____

Assinaturas dos avaliadores: _____

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, a Deus, minha Rocha, que me manteve firme em todo o meu percurso na faculdade.

Ao meu esposo, Isaac, por ser um verdadeiro companheiro em todos os momentos e por sempre acreditar em meu potencial, dando-me palavras e ações de incentivo.

À minha filha, Laís, por ser minha companheira de faculdade e por me abrilhantar todos os dias com seu sorriso e travessuras, gestos que dão significado à minha existência.

À minha mãezinha, Eliene, meu maior exemplo, pelo apoio emocional e espiritual nas horas em que mais precisei, pelo carinho com minha filha e meu marido, por me dar todo suporte.

À minha sogra, Marlene, por orar por mim e pelas vezes em que veio à minha casa para cuidar de mim e da minha família em dias de provas na faculdade.

A toda minha família, pelas palavras de ânimo.

À Regina Gomes, minha orientadora, por ter aparecido em meu caminho e por ter me ensinado, com toda dedicação e carinho, os conteúdos desta monografia.

Muito obrigada!

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
I - O JORNAL E A LINGUAGEM JORNALÍSTICA	10
1.2 – Jornalismo popular	13
2 - SEMIÓTICA: CONCEITOS FUNDAMENTAIS	15
3 - SINTAXE DISCURSIVA	19
4 - DIALOGISMO E POLIFONIA.....	28
4.1 – Os tipos de discurso.....	30
4.1.1 – Discurso direto	31
4.1.2 - Discurso indireto.....	34
4.1.3 – Variante analisadora da expressão.....	36
4.1.4 – Variante do discurso indireto.....	38
5 - ANÁLISE	40
5.1 – Projeção de voz em primeiro grau: o narrador	40
5.2 – Embreagem.....	42
5.3 – Debreagens internas: o discurso direto	43
5.4 – Locutores: o discurso indireto	45
5.5 – Variante analítica da expressão	50
CONCLUSÃO	53
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	55
ANEXO.....	58

INTRODUÇÃO

Neste trabalho, serão analisados, de forma mais específica, os tipos de discurso (direto, indireto e variantes) em notícias do jornal *Extra*, seus efeitos de sentido e papel argumentativo, contribuindo para a construção do éthos do jornal. Para tanto, recorreu-se a alguns pressupostos da Semiótica discursiva de linha francesa, especialmente o nível discursivo do percurso gerativo do sentido. Dentre as várias possibilidades de categorias de análise, elegeram-se as seguintes: figurativização (que são concretizações de temas), mecanismos de projeção da enunciação no enunciado, como os mecanismos de embreagem e debreagem actanciais, de primeiro e segundo grau, (esta última importante para a compreensão dos tipos de discurso) e outras marcas enunciativas espalhadas no enunciado que apontam para a presença do sujeito enunciador.

Serão observadas as estratégias discursivas de projeção enunciativa mais recorrentes - sobretudo os contextos em que os tipos de discursos são mais usados - e como contribuem para certos efeitos de sentido, mostrando como esses procedimentos são importantes para que se apreenda o éthos do jornal *Extra* e a sua orientação argumentativa.

Quanto ao tipo de pesquisa aqui desenvolvida, consistirá em um estudo qualitativo dos dados. Para a sua realização, foram coletadas doze matérias do jornal *Extra* em formato digital. Como nos textos em questão os tipos de discurso são abundantes, decidiu-se realizar um recorte: em cada dia, entre 25 de dezembro a 30 de janeiro, escolheram-se duas notícias. Para dar uniformidade temática, optou-se pela seção *Cidade*.

Em relação aos aspectos teóricos que servirão de base, além dos semioticistas Barros (2005, 1994), Fiorin (2006, 2016, 2016, 2018) Discini (2005), Gomes (2007, 2008), Mancini (2007), Faria (2014), Matte e Lara (2009), serão acolhidas contribuições valiosas de Bakhtin (2014), Mangueneau (2004), Brait (1994) e Silva Filho (2018).

Ao escolher a seção *Cidade*, pretende-se demonstrar que, em qualquer texto, mesmo naqueles em que não há tensões e tomadas de posições ideológicas evidentes, a atividade linguageira é, em sua gênese, argumentativa.

Optou-se, também, pelo gênero matéria jornalística, apesar da predominância da tipologia narrativa, por possuir argumentatividade, como acontece com todos os textos, o que justifica esta análise. Segundo Fiorin (2016, p.9), todos os textos são, em sua

natureza, argumentativos, “porque, de um lado, o modo de funcionamento real de discurso é o dialogismo; de outro, porque sempre o enunciador pretende que suas posições sejam acolhidas, que ele mesmo seja aceito”.

Como hipótese, espera-se que, no mecanismo de projeção de vozes, a voz de alguns actantes do enunciado seja valorizada em detrimento de outras, sobretudo em relação à maior frequência de projeções de fala em discurso direto e indireto. Pelo jornal *Extra* ser destinado às classes mais populares, acredita-se que, em discurso direto, os interlocutores serão, preferivelmente, figuras similares ao público-leitor - para que este se veja refletido nas vozes que lhe são representativas. .

O objetivo deste trabalho é, por meio das ferramentas da Semiótica, mostrar que as várias formas de reportar às vozes no discurso fazem parte de um projeto de dizer e explicam uma tomada de posição da enunciação quanto aos fatos noticiados - muito embora os textos noticiosos se apresentem como sendo “neutros”. Busca-se apresentar também o mito da “objetividade” pelas recorrentes marcas enunciativas espalhadas nos enunciados.

Para tanto, serão apresentadas, no primeiro capítulo, considerações gerais sobre o jornal, a sua linguagem e recorrências discursivas que apontam para construção de um sujeito semiótico. Além disso, ao longo do trabalho serão explicitados alguns pressupostos semióticos, visto que é a abordagem teórica por meio da qual as reflexões aqui se estruturam. Dentre os conceitos com quais se trabalhará, encontram-se também o de dialogismo, polifonia e enunciação imprescindíveis para a construção e entendimento das explanações.

Para que se atinjam os propósitos aqui elencados, convém compreender que a Semiótica, conforme Barros (2005, p.11), ocupa-se em explicar “o que o texto diz” e “como ele faz para dizer o que diz.”. Para tal, leva-se em consideração o texto em seus mecanismos internos, isto é, imanentes do texto. Por isso, haverá um espaço, no segundo capítulo, para a elucidação do percurso gerativo de sentido, por meio do qual a significação do texto vai sendo construída.

Os estudos do discurso (e, evidentemente, da enunciação), a que mais se dedica este trabalho, por sua vez, fornecem arcabouço para compreensão do caráter dialógico de que se reveste a língua. Como se verá, todo discurso conta com um “produtor”, que, por sua vez, modela o seu dizer pensando em um “destinatário”. Por essa razão, os mecanismos linguísticos usados na produção estarão a serviço do querer-comunicar / do

querer-fazer crer na “verdade” do que é dito. O uso, portanto, que cada falante faz da língua não é gratuito - o conceito de enunciação e seus mecanismos de projeção enunciativa serão mais bem explicados no terceiro capítulo.

Faz-se necessário também expor, no quarto capítulo, o conceito de Bakhtin (2014) sobre dialogismo, que revela a faceta social da língua. Mediante uma visão dialógica, podem-se perceber sentidos de forma mais completa. Ao invés da frase, leva-se em conta o enunciado, que, nessa concepção, não é uma combinação de palavras sem contexto e passa a ser entendido dentro de um viés dialógico, intertextual e interdiscursivo.

A abordagem semiótica foi escolhida pelo anseio que se tem de perscrutar os mecanismos de produção de sentido na materialidade do texto para, assim, explicar “o que ele diz”. Dentre os muitos existentes, privilegiam-se os tipos de discursos (direto, indireto etc.), cujas explicações serão desenvolvidas também no quarto capítulo. Observar-se-ão as diferentes formas de apresentar a inserção de vozes na superfície de um discurso - e a escolhida depende muito do direcionamento argumentativo de seu produtor. Noutras palavras, cada forma cumpre finalidades específicas de acordo com quem está no comando da enunciação. O quinto capítulo, enfim, é separado para a análise do *corpus*, seguido da conclusão.

I - O JORNAL E A LINGUAGEM JORNALÍSTICA

Nesta seção, apresentar-se-á de forma mais genérica, um pouco sobre o jornal e a sua linguagem. Depois, numa abordagem mais específica, serão explicitados aspectos do jornalismo popular - de cujo grupo o *Extra* faz parte. A partir dessas explicações, será possível um olhar mais amplo e, conseqüentemente, mais seguro sobre o jornal como sujeito semiótico e sobre de que forma o emprego dos tipos de discurso aponta para finalidade discursiva e promove certos efeitos de sentido. Esses pontos, porém, serão esmiuçados no capítulo destinado às análises. Vejam-se, a seguir, as considerações de alguns autores.

Faria (2014), pautada em estudos semióticos, desenvolve a caracterização do jornalismo digital a partir dos estudos de Landowski (*apud* FARIA, 2014, p. 28). Segundo o autor, o jornal é um sujeito semiótico, porque apresenta características regulares formadoras de identidade. São, pois, recorrências de procedimentos que levam à constituição do perfil de um jornal.

A autora, desdobrando as considerações de Discini (2003), diz que cada jornal possui um estilo. Este é decorrente de uma série de procedimentos habituais que formam uma “marca própria” de dado jornal. É comum, por exemplo, o discurso jornalístico apagar as marcas do enunciador¹ para conferir credibilidade aos relatos.

Desse modo, de acordo com Gomes (2008, p.19), “as notícias e reportagens não são mais do que relatos dos eventos, ou seja, uma interpretação de quem os relata sob certo ponto de vista, determinados por uma perspectiva social e política específica”. Manter, portanto, a enunciação² afastada do enunciado é uma estratégia discursiva capaz de trazer um *éthos* de seriedade e objetividade.

Para Discini (2005, p. 99) ao analista não interessa compreender quem é o autor de “carne e osso” ou, no caso de um jornal, quem é o diretor de uma redação. Importa, porém, depreender o sujeito por meio daquilo que ele diz. Segundo a analista, “um

¹ Fiorin (2005, p.56) explica que “o enunciador e o enunciatário correspondem ao autor e ao leitor implícitos ao enunciado. Não são o autor e leitor reais, de carne e osso, ou seja, são uma imagem autor e do leitor construída pelo texto.”

² De acordo com Fiorin (2005, p.55), a enunciação “é o ato de produção de um discurso”, e o enunciado, por sua vez, é “o produto da enunciação”. A enunciação, que é da ordem do instante, define-se “como a instância de um eu”, que produz o ato de dizer em um tempo e espaço específicos. A explanação mais detalhada desses conceitos encontra-se no capítulo três (*Sintaxe Discursiva*, página 17).

próprio modo de dizer denuncia traços do caráter de quem diz. O sujeito é assim construído como ethos (caráter).”

O enunciador também é o responsável por decidir temas (FARIA, 2014, p.116). As seleções temáticas apontam não só o caráter do jornal, como também a identidade do seu público-alvo – pois, de acordo com diz Fiorin (2018, p. 56), o enunciatário também é participante no processo de enunciação. O sujeito discursivo, portanto, é construído por marcas presentes em seu discurso, como também o é seu enunciatário. Conforme Faria:

O sujeito da enunciação, desdobrado no enunciado em enunciador e enunciatário, projeta no enunciado um *éthos* e um *páthos* que correspondem a determinados perfis de jornal e leitor, entre os quais circulam determinados valores comuns. (FARIA, 2014 p.18)

Por isso, o público leitor adere à explanação do jornal, porque há um processo de identificação. Logo, um jogo de interesses torna evidente a argumentatividade (intrínseca à língua), na medida em que o enunciador pretende que suas posições sejam acolhidas. Para tanto, constrói o seu dizer com base nas predileções de seu destinatário.

Além desses mecanismos, Gomes destaca, a partir dos estudos de Orlandi, o conceito de silêncio, importante na análise jornalística, que seria, de modo geral, o que é excluído do discurso (ORLANDI, 1995a, p. 106). Nesse sentido, a escolha do que será silenciado no discurso jornalístico “depende da construção do enunciatário inscrito no texto”, como afirma Gomes:

Assim, se, por um lado, o silenciado limita o enunciatário ao dito, vetando-lhe um poder saber, por outro lado, o que é relegado ao silêncio está diretamente relacionado às representações do enunciatário no discurso, influenciando no que o enunciador pode e deve dizer, tomado em relação ao que ele sabe e quer dizer (GOMES, 2008, p.51).

Noutras palavras, se o enunciador opta pela aparição de certas vozes (e o silenciamento de outras), de certos temas em detrimentos de outros é, justamente, porque correspondem às expectativas da imagem que se faz do enunciatário.

Segundo Faria (2014, p.28), na seleção dos fatos para compor uma edição jornalística, os editores levam em consideração àqueles que alcançam o público alvo por veicularem conteúdos de interesse dos leitores ou do próprio jornal, que “dita” o que é

digno de interesse, o conteúdo que atesta a sua ideologia e valores. Portanto, até o que é (ou não) relegado ao silêncio aponta para uma estratégia discursiva.

As tentativas para manter os leitores interessados não se restringem apenas à seleção de temas, mas também ao modo como os conteúdos são organizados em uma matéria jornalística, por exemplo. É o que está no *O Manual da Folha de São Paulo* citado por Discini:

Toda reportagem deve ser iniciada com a informação que mais interessa ao leitor e ao debate público (o lide); deve ainda contextualizar os fatos e expô-los objetiva e criticamente, com exatidão, clareza, concisão, didatismo e uso correto da língua. (DISCINI, 2005, p. 95)

Nessa mesma direção, conforme Gomes (2008, p.20), “tudo o que deve e pode ser publicado obedece ao que se chama de pauta, que é uma orientação dada ao repórter sobre a matéria a ser coberta, incluindo a forma e enfoque que devem ser seguidos”. A autora acrescenta a seguinte consideração:

[...] outros mecanismos, como o tamanho do título e da matéria, sua colocação na página, a aparição ou não de uma chamada na primeira página, a possível utilização de fotografias, irão configurar pistas da importância que deve ser dada à notícia, direcionando o fazer interpretativo do leitor, denunciando o jogo de subjetividades e interesses que constrói a “realidade” dos fatos e sua importância social (GOMES, 2008, p. 21).

O jornal, de acordo com Faria (2014, p.27-28), “funciona como simulacro do mundo”. Nesse sentido, é como se ele carregasse em si, como “senhor detentor da verdade”, todos os acontecimentos. Um dos procedimentos, portanto, para construção do efeito de sentido de verdade e realidade é contextualização dos fatos por meio da ancoragem³, que, segundo Barros (2005, p. 58), trata-se de atar o discurso a pessoas, espaços e datas que o receptor reconhece como “reais” ou “existentes”.

Há também outros procedimentos discursivos que, além de construírem um cenário de realidade, constituem marcas recorrentes da identidade do jornal, como o recurso ao uso da terceira pessoa, a inserção de vozes (por meio dos tipos de discurso) e outros procedimentos. É o que afirma Faria:

³ Barros (ano 2005, p. 58), diz que a ancoragem consiste em fixar no texto aspectos (como o tempo, o lugar e os atores do discurso) que servem para contextualização textual, criando um simulacro de situação verídica. A explicação do mecanismo ancoragem pode ser encontrada no quarto capítulo, na seção *Discurso Direto*, página 31.

A identidade discursiva do sujeito semiótico jornal parte, primeiramente, da simulação de uma neutralidade e imparcialidade, como se fosse possível narrar um fato com isenção, com recursos discursivos, como o uso da 3ª pessoa, dados concretos, fotos, inserção de depoimentos, que ancoram os fatos na realidade e levam a crer que o fato se conta por si mesmo (FARIA, p.29, 2014).

A autora caracteriza o jornal como um texto sincrético, isto é, construído por diferentes linguagens. As várias formas de expressão de conteúdos (imagens, tamanhos de fontes, temas diversos), contudo, não apontam para um dizer desconexo e estanque, mas, sim, para um efeito de unidade (FARIA, 2014, p.41).

1.2 – Jornalismo popular

Agora, de maneira mais específica, em relação aos jornais populares, Silva Filho (2018) na dissertação *Jornalismo popular na era da comunicação digital*, reúne uma série de estudos sobre os jornais *Agora São Paulo* e *Extra*. Este último, desde seu lançamento, ficou marcado por sua aproximação com o leitor, o que pode ser visto, segundo os autores, na apresentação do respectivo jornal: “nada é mais valioso para um jornal do que os seus leitores” (SILVA FILHO, 2018, p. 40). Seu maior público consumidor se encontra na classe C, ou seja, é um jornal direcionado a classes populares (SILVA FILHO, 2018, p.39).

Ao fazer as considerações sobre o trabalho de Amaral (2006), Silva Filho diz que se entende por “popular” “um tipo de imprensa que se define pela sua proximidade e empatia com o público alvo, pelo tipo de serviço que presta e pela sua conexão com o local e imediato”. Como é destinado à grande massa, o jornal busca meios de fácil comunicabilidade: linguagem simples, isto é, de fácil entendimento, textos mais curtos e imagens mais extensas (SILVA FILHO, 2018, p. 18).

Quanto à linguagem usada nos jornais ditos populares, Gomes (2008, p.35) afirma que “é comum o emprego da linguagem coloquial, de expressões verbais corriqueiras e até vulgares; julgamentos parciais e envolvimento passionais também são explícitos”. A autora afirma que, nesses jornais, há uma exacerbação do dizer, como o uso de letras garrafais, grossas e bem coloridas.

Em relação aos conteúdos, Silva Filho (2018) destaca que, para o público “comum”, os temas de interesse estão ligados ao seu cotidiano, tais como mercado de trabalho, segurança pública, dramas da população, etc. O jornalismo é visto como popular quando retrata a vida do povo e quando este é o protagonista dos relatos (SILVA FILHO, 2018, p. 18).

Faria (2014, p.64) também confirma que as temáticas recorrentes no jornalismo popular são: “saúde, mercado de trabalho, segurança pública, televisão, futebol e as matérias conhecidas como de interesse humano, que contam os dramas cotidianos da população”. Os temas locais, segundo a autora, chamam mais atenção do que os nacionais - que, por sua vez, são de predileção de leitores da classe A e B.

Além disso, Silva Filho discorre, ainda com apoio nos estudos de Amaral (2006), que, na imprensa popular, um fato terá mais chances de ser noticiado quando estiver mais próximo do leitor, quando possível de ser narrado de forma dramática e de promover identificação dos leitores com os personagens, entre outros procedimentos aproximativos (SILVA FILHO, 2018, p. 27). Em termos semióticos, todos esses parâmetros estão a serviço da imagem que se cria do enunciatário, de seus gostos, de suas preferências.

Segundo Faria (2014, p. 9-10), com apoio nos estudos de Discini, os jornais destinados às classes C, D e E voltam-se, como dito acima, para temas locais que, para além de apenas se referirem ao espaço geográfico, encenam o lugar social do enunciatário. A autora acrescenta que “projeta-se um páthos caracterizado como constituído por pessoas pouco escolarizadas, sem grandes conhecimentos sobre o mundo, interessadas em assuntos locais e notícias cotidianas” (FARIA, 2014, p. 10).

Silva Filho (2018, p. 19), comentando Gomes (1990), destaca que os jornais populares (em cujo grupo está incluído o *Extra*) também possuem uma linha editorial que dá destaque a pontos de vista que favorecem os trabalhadores e que revelam um interesse nas solicitações e na defesa das classes mais desfavorecidas. Ora, esse favorecimento será visto mais adiante por meio de mecanismos linguísticos (como a delegação de vozes) capazes de dar visibilidade a atores no discurso.

2 - SEMIÓTICA: CONCEITOS FUNDAMENTAIS

Barros (2005, p.13) afirma que, para a compreensão dos sentidos textuais, há, como metodologia segura, o percurso gerativo proposto pela Semiótica. O primeiro estágio é denominado nível das estruturas fundamentais; o segundo, nível das estruturas narrativas e o terceiro (e último) recebe a designação de estruturas discursivas, parte na qual a narrativa passa a ser assumida por um sujeito da enunciação.

No nível das estruturas fundamentais, estabelecem-se oposições de categorias semânticas por meio das quais o sentido do texto é construído (BARROS, 2005, p.14). Uma notícia do *Extra* pode bem exemplificar esse primeiro caminho da busca pela significação textual:

Um menino de 10 anos morreu na tarde de ontem após ser atacado por seis cães na Avenida Cupecê, em cidade Ademar, na Zona Sul de São Paulo. Pelo menos, dois animais foram sacrificados durante a tentativa de resgate da criança.

De acordo com testemunhas, o garoto soltava pipa em um parque público no fim da avenida, bem ao lado de uma garagem desativada de uma empresa de ônibus. A pipa caiu no terreno e a criança pulou o muro para apanhá-la, sendo atacada pelos cachorros. Testemunhas disseram que os cães eram das raças pitbull e rottweiler.

(*Extra, O País*, “Menino pula muro atrás de pipa e morre atacado por seis cães”, 26/12/19, p. 12).

Como se podem ver, na notícia, as oposições que se estabelecem na profundidade textual são das categorias semânticas *vida x morte*. Nessa etapa, encontra-se o que semanticamente subjaz a toda construção textual. Como dizem Gomes e Mancini (2007, p.4), essas categorias “são os polos em torno dos quais os elementos do texto se organizam”.

Ora, no texto, a categoria *vida* pode ser observada pelo tema “diversão” representado por um menino que solta pipa em um parque público. Por outro lado, pode-se dizer que a categoria *morte* se manifesta nas imagens de uma garagem desativada (lugar abandonado, perto de uma praça pública), em que há cachorros perigosos, pitbull e rottweiler e que atacam a criança - o que encaminha a narrativa da vida para a morte.

De acordo com Barros (2005, p.14), as categorias semânticas podem ser classificadas como eufóricas ou disfóricas. Tanto a euforia como a disforia, conforme Fiorin (2005, p.23), são valores inscritos no texto. No caso estudado, a morte seria disfórica (negativa); a vida eufórica (positiva). É interessante ressaltar, pensando a partir das explicações de Fiorin (2005, p.23), que esses valores fóricos podem sofrer alterações a depender de quem os veicula. Num discurso de um religioso, a morte, por exemplo, pode ganhar valoração positiva, pois é concebida como um passaporte para eternidade. Esses valores axiológicos se estruturam num quadrado semiótico, comportando as negações dessas categorias contrárias (vida e morte), fazendo surgir outras, subcontrárias (no exemplo, *não-morte* e *não-vida*). Esse nível, como em todos os outros, comporta uma semântica e uma sintaxe. A semântica analisa as axiologias (e sua natureza tímico-fórica) e a sintaxe, uma orientação entre as categorias que estruturam o texto (no exemplo acima, seria vida -> não-vida -> morte).

No nível narrativo, por sua vez, ocorrem transformações de estado. Segundo Barros (2005, p.15), não se trata mais de cunhar conteúdos axiológicos ou negá-los, mas trata-se de transformar, pela ação do sujeito, estados. Os textos, nesse nível, são vistos como narrativas complexas organizadas em enunciados de ser e de fazer. Segundo Fiorin (2005, p.28), os enunciados de ser são os que se constituem pela relação de junção entre um ser e um determinado objeto, ou seja, uma relação marcada por um estado (de conjunção ou disjunção), já os enunciados de fazer apresentam as respectivas transformações: um sujeito passa de um estado para o outro. Gomes e Mancini (2007, p.3), explicando os conceitos semióticos, afirmam que, nessa etapa, há um sujeito em busca de um objeto-valor. E alcançar ou perder esse objeto é o mesmo que, como mencionado acima, entrar em conjunção ou disjunção com ele.

Os textos, de acordo com Fiorin (2018, p. 29 -31) são narrativas complexas que se estruturam nas seguintes etapas: manipulação, competência, performance e sanção. A manipulação é a parte em que determinado sujeito incide sobre o outro, levando-o a dever ou querer realizar algo. A competência, por sua vez, consiste na fase em que o sujeito responsável por operar a transformação é munido de um saber ou poder fazer. Já a performance é o momento em que a mudança da narrativa é efetuada (por exemplo, o sujeito dotado de um poder fazer age e entra em conjunção ou disjunção com o objeto valor) - de acordo com Fiorin (2018, p.31), "o sujeito que opera a transformação e o que entra em conjunção ou disjunção com objeto podem ser distintos". E, por fim, a sanção

é a etapa em que o sujeito que efetuou a transformação é recompensado (ou punido). Para exemplificação, veja-se o fragmento abaixo:

Família que perdeu tudo em incêndio retoma a vida com a ajuda de doações.
(G1, *Paraná*, Família que perdeu tudo em incêndio retoma a vida com a ajuda de doações, 12/07/19.)

No primeiro momento da narrativa, tem-se um sujeito, numa relação de pressuposição, que esteve em conjunção com um objeto-valor (muito embora não explicitado, infere-se que sejam bens materiais, podendo ser casa, carro, mobílias). Esse sujeito, porém, passa de estado de conjunção para disjunção com objeto-valor na medida em que um anti-sujeito, obstáculo representado por "incêndio", opera a disjunção (família perde tudo).

Noutro momento, há um sujeito coadjuvante (doadores) dotado de um saber (sobre a situação da família e a forma de fazer chegar a ajuda à família, por exemplo) e de um poder fazer (condições para doações). Esse sujeito, ao dotar outro (a família) dos valores modais do poder e saber, coopera para a transformação de estado: o encaminhamento para o estado inicial, isto é, a saída do estado de disjunção para, novamente, a conjunção com objeto-valor, representado no texto pela retomada das condições de vida, reaquisição dos bens.

Obviamente, as fases que acabam de ser apresentadas estão alocadas num campo de abstração. São, nas palavras de Gomes e Mancini (2007, p.3) “esquemas de organização comuns - uma lógica geral dos textos”, responsáveis pela formação do nível narrativo. Por exemplo, sujeito, anti-sujeito e objeto são papéis narrativos que, na notícia analisada, foram representados por “família” “incêndio” e “condições de vida/bens”. Todavia, num nível superficial, em qualquer outro texto, poderiam ser concretizados por coisas, pessoas, animais, seres fictícios (FIORIN, 2018, p. 29). Ora, o nível das estruturas discursivas é o responsável por essa concretização.

Fiorin (2005, p.41), sobre nível das estruturas discursivas, diz que “as formas abstratas do nível narrativo são revestidas de termos que lhes dão concretude”. Logo, a conjunção ou disjunção do sujeito com um objeto de valor será representada de maneiras distintas. Por exemplo, a conjunção com a diversão pode aparecer, no nível discursivo, como a ida ao campeonato de futebol, o ato de jogar vídeo game, de pregar peças em pessoas desconhecidas - tal mecanismo denomina-se componente semântico

do nível discursivo, no qual se analisam “os temas, as figuras e as isotopias” (MATTE; LARA, 2009, p.40).

De acordo com Gomes e Mancini (2007, p.12), o nível discursivo é o lugar privilegiado para o aparecimento da ideologia veiculada pelo enunciador. Nesse ponto, são estudados, como dito acima, temas e figuras, estas remetem a algo existente (ou passível de representação) no universo biossocial (homem, árvore, saci), aqueles, por sua vez, a categorias organizadoras do mundo. Noutras palavras, os temas são mais abstratos, como a alegria, tristeza, infelicidade - elementos sem referência concreta (FIORIN, 2018, p. 91). Para exemplificar o que acaba de ser exposto, insere-se, abaixo, um fragmento, retirado do site jornalístico *R7*, sobre a notícia de um homem preto espancado até a morte por dois homens que faziam a segurança no mercado Carrefour. No trecho, está a fala da ministra Damares:

“A vida de mais um brasileiro foi brutalmente ceifada no estacionamento de um supermercado, no Rio Grande do Sul. As imagens são chocantes e nos causaram indignação e revolta”, afirmou Damares. “Chega de violência, chega de tanta barbárie.” (*R7, Planalto*, “‘Indignação e revolta’, diz Damares sobre homem morto por surra no RS”, 20/11/20)

Concretizando o tema violência/morte, observam-se as figurativizações “um brasileiro” cuja “vida é ceifada”, ou seja, é morto “no estacionamento”. Ora, sabe-se, porém, que o actante figurativizado por “um brasileiro” possui uma identificação mais específica: homem preto. Nesse sentido, Damares escolhe uma figura mais genérica (um brasileiro), o que, em certa medida, aponta para o apagamento e rejeição da luta contra o preconceito racial. Observa-se, então, o viés ideológico do sujeito enunciador: seu discurso reafirma tantos outros que apagam a existência do racismo no Brasil.

Como dito anteriormente, existe o componente semântico do nível discursivo e o sintático. Neste, o sujeito enunciador efetua escolhas (por exemplo, certas projeções de pessoa, tempo, espaço), transformando as estruturas narrativas em discurso. Nas estruturas discursivas, analisam-se aspectos como “as projeções da enunciação no enunciado” e as relações entre enunciador e enunciatário, apreendendo os recursos de persuasão de que se vale o enunciador para o convencimento do enunciatário (BARROS, 2005, p. 53). Como a presente análise se debruça mais sobre este procedimento, nos próximos parágrafos, serão desenvolvidos alguns conceitos pertinentes ao tema desta monografia, tais como enunciação, debreagem e embreagem actancial.

3 - SINTAXE DISCURSIVA

Primeiramente, o que viria a ser a enunciação? De acordo com Fiorin (2005, p.55), “é o ato de produção de um discurso”. Define-se “como a instância de um eu”, que produz o ato de dizer em um tempo e espaço específicos. Nesse processo, haverá sempre um “tu” para qual o “eu” se direciona, ambos constituintes do sujeito da enunciação. O “eu” e o “tu” correspondem, assim, ao enunciador e enunciatário da interação comunicativa.

Por exemplo, os múltiplos textos circundantes na sociedade são construídos com vistas a atender distintos perfis de leitores – a produção de um livro destinado a adolescentes é diferente de um feito para adultos. A imagem, portanto, que se cria do público-alvo é determinante no processo de enunciação. Segundo Fiorin (2005, p. 56), ela “constitui uma das coerções discursivas a que obedece o enunciador”.

Além disso, a enunciação é vista também como instância pressuposta pelo enunciado (FIORIN, 2005, p. 55). Ora, as marcas enunciativas, como o “eu” que fala, podem ou não aparecer no discurso. No enunciado “O Brasil é o melhor país do mundo”, não há a presença de um “eu”, realizador do ato de dizer. Contudo, sabe-se que nenhum enunciado, produto da enunciação, existe sozinho, alguém disse tal afirmativa.

Da mesma sorte, se alguém disser “Eu digo que o Brasil é o melhor país do mundo”, ainda assim haverá um eu (enunciador) pressuposto que disse “eu digo que o Brasil é o melhor país do mundo”. Sendo, assim, a projeção de um “eu” ou não são apenas formas linguísticas usadas para veicular o discurso e promover certo efeito de sentido. O ato puramente de dizer sempre pressupõe um “eu”. Por isso, a enunciação é vista como instância pressuposta pelo enunciado (Cf. FIORIN, 2018, p.56).

Segundo Barros (2005, p. 54), o sujeito da enunciação é aquele responsável pela condução de seu discurso. De acordo com os efeitos de sentido que busca produzir, fará escolhas do que projetar ou não no enunciado. Ora poderá omitir-se, ora exprimir-se. Tudo dependerá da situação, do objetivo comunicativo, do gênero discursivo.

Com efeito, o gênero, somado à finalidade discursiva (e outros fatores), norteia a escolha de um enunciador. Num trecho do *Manual de redação e estilo da Folha de S. Paulo*, apresentado por Discini (2005, p. 108), há instruções para os jornalistas fazerem

textos “imparciais” e “objetivos”. Ora, boa parte dos gêneros que circulam no jornal (como reportagem, notícia) precisa “cumprir” essa prescrição a fim de parecerem sérios, comprometidos com a “verdade”.

Sabe-se, porém, que a objetividade e imparcialidade são efeitos de sentido produzidos pelo enunciador a partir do uso de certos mecanismos da língua. Conforme Barros, ao tratar do texto jornalístico:

Há uma certa tradição de “objetividade” no jornalismo, ou seja, de manter a enunciação afastada do discurso, como garantia de sua imparcialidade. Existem, como bem se sabe, mecanismos que permitem fingir essa objetividade, que permitem fabricar a ilusão de distanciamento, pois a enunciação, de todo modo está lá, filtrando por seus valores e fins o que é dito no discurso (BARROS, 2005, p. 54).

A fim de que o leitor creia na veracidade das informações, o enunciador jornal “distancia-se” da enunciação, dilui-se em meio ao discurso e opta pelo uso da terceira pessoa do singular e, assim, transmite o efeito de “assertividade” (BARROS, 2005, 54.).

O anseio, contudo, pela objetividade e imparcialidade é utópico. Veja-se, agora, um exemplo hipotético dessa idealização: se, no auge da discussão sobre a redução da maioria penal, em certo jornal, aparecesse o seguinte enunciado “Adolescentes de rua roubam celulares”, e em outro jornal “Menores infratores cometem crimes ao roubarem celulares de vítimas”, não se poderia afirmar que ambos veiculam a notícia com objetividade. E nem seria aceitável dizer que os enunciados estão isentos de argumentatividade.

Ora, não há que se negar que os dois estão usando o recurso de 3º pessoa do singular, o que dá a impressão de que os fatos se narram por si mesmos. Contudo, as escolhas lexicais apontam para posições distintas. O primeiro jornal hipotético deixa o fato menos parcial, menos judicativo, ao escolher o termo, que emite certa indulgência, “adolescentes de rua”, já o outro jornal revelaria uma posição mais punitiva ao escolher “menores infratores”. Enquanto o emprego do segundo poderia encaminhar o enunciado argumentativamente para a defesa da redução da maioria penal, o primeiro seria empregado para uma posição contrária.

Portanto, o enunciador conduz as escolhas dos elementos linguísticos que farão parte do seu discurso. O uso da 3º pessoa, então, é apenas uma forma composicional para conferir um simulacro de objetividade ao relato transmitido. Barros (2005, p. 55) afirma que o emprego da 3º pessoa cria a ilusão de objetividade. O enunciador simula

distanciar-se da enunciação “que, dessa forma, é ‘neutralizada’ e nada mais faz para comunicar ‘fatos’ e o modo de ver de outros”.

Quanto ao modo de ver dos actantes do enunciado, ela acrescenta que o jornal (enunciador) se distancia na medida em que atribui ao outro o ato de dizer. Ele se posiciona como um mediador e permite que outros assumam a responsabilidade pelo discurso produzido:

O jornal, por exemplo, utiliza a delegação do saber com duplo efeito, o de objetividade e o de “dono da verdade”, seu discurso transmite com “imparcialidade” o saber de várias “fontes”, e o jornalista observador congrega o conhecimento de todas elas e obtém, assim, a verdade ilimitada e absoluta (BARROS, 2005, p. 57).

Numa matéria do jornal *Extra* cujo título é “Saúde municipal, um paciente em lenta recuperação”, há o jogo de diferentes vozes construindo o discurso do jornalista. Além da “objetividade”, por um “eu” que não se faz ver no enunciado, constrói-se a imagem de “imparcialidade”, uma vez que o ato de dizer é delegado aos envolvidos na situação:

Maria Sandra da Silva veio de São Paulo na esperança de ver a mãe, de 91 anos. Chegou ao Pedro II por volta das 14h30. A vista era às 15h, mas às 18h ainda não tinha conseguido vê-la. Outra filha dela, Tânia Lopez, reclamou do atendimento:

- Minha mãe está pelada só com fralda. Trouxe uma bolsa de roupa para ela, mas até agora não me deixaram entrar.

Em nota, a Secretaria municipal de Saúde afirma que “não procede que haja falta de assistência ou descaso com os pacientes, que vêm recebendo os cuidados indicados para seus quadros clínicos, e que as dúvidas serão esclarecidas diretamente com seus pacientes e familiares” (*Extra, Cidade*, “Saúde Municipal, um paciente em lenta recuperação”, 30/12/19, p. 6).

Ora, os fenômenos acima apresentam, portanto, as projeções da enunciação no enunciado. No fragmento “Maria Sandra da Silva veio de São Paulo na esperança de ver a mãe, de 91 anos. Chegou ao Pedro II por volta das 14h30. A vista era às 15h, mas às 18h ainda não tinha conseguido vê-la”, o enunciador mantém a enunciação distanciada do enunciado, ou melhor, finge esse distanciamento e, por conseguinte, cria-se um simulacro de verdade e objetividade. Tal mecanismo é chamado de *debreagem enunciativa*. Barros (2005, p. 55) diz que esse procedimento consiste em “produzir o discurso em terceira pessoa, no tempo do ‘então’ e no espaço do ‘lá’”.

A esse procedimento se opõe a chamada *debreagem enunciativa*, segundo a qual se projeta no enunciado um “eu” (FIORIN, 2005, p. 64). Com tal mecanismo, o discurso

do enunciador passa a produzir o efeito de subjetividade. É comum, por exemplo, no gênero carta familiar (no qual destinador e destinatário mantêm uma relação de proximidade/ afetividade), a escolha pela projeção de primeira pessoa do singular, o que confere um efeito de subjetividade/ pessoalidade ao discurso.

Há também as chamadas *debreagens* de segundo grau, que, de acordo com Fiorin, “são responsáveis pela produção de simulacros de diálogos nos textos, pois estabelecem interlocutores ao dar voz a atores já inscritos no discurso” (FIORIN, 2005, p. 67). Barros (2005, p. 58) diz que tal procedimento fabrica o efeito de realidade, uma vez que, quando a palavra é cedida a interlocutores, em discurso direto, simula-se, nas palavras da autora, uma situação de diálogo “real”.

A autora também explica como acontece esse jogo de vozes, apresentando uma hierarquia. O enunciador pressuposto delega voz ao narrador, ou melhor, “o enunciador atribui ao narrador o dever de narrar o discurso em seu lugar” (BARROS, 2005, p. 57). Por sua vez, o narrador dá espaço para que outras vozes permeiem o discurso, isto é, as vozes dos interlocutores. De acordo com Fiorin (2016, p. 39), essas instâncias enunciativas apresentam uma hierarquia e subordinam-se umas às outras. O “eu” (do interlocutor), conforme explica, está subordinado ao “eu” do narrador, este, por sua vez, submete-se ao “eu” enunciador, pressuposto pelo enunciado.

É válido ressaltar que o interlocutor é diferente do locutor. No caso do primeiro, o narrador permite que “se ouça” a voz do interlocutor, isto é, a enunciação do actante do enunciado, então, parece permanecer “inalterada”. Já em relação ao segundo, não lhe é cedido espaço para falar diretamente, ou seja, a sua voz fica integrada à do narrador em discurso indireto, perdendo, assim, o estatuto de enunciação própria. Fiorin diz que “narrador e interlocutor são diferentes instâncias que tomam a palavra, que dizem “eu”. Locutor é a voz de outrem que ressoa num enunciado de um narrador ou de um interlocutor” (FIORIN, 2016, p.61).

Voltando para as chamadas *debreagens*, na multiplicidade de vozes (marcadas pela *debreagem* de segundo grau), ocorrem também as *debreagens* enunciativa e enunciva. Observe-se o exemplo abaixo de uma notícia do apoio do presidente Trump ao combate ao coronavírus no Brasil:

O embaixador brasileiro Nestor Forster disse que a possibilidade de cooperação havia sido discutida entre Trump e o presidente brasileiro Jair Bolsonaro.

“Na última ligação entre os presidentes Bolsonaro e Trump, houve ofertas de lado a lado de assistência entre os países, tanto sobre

possibilidades de cooperação científica quanto sobre aquisição de materiais", explicou.

(*Diário, Mundo*, "EUA anunciam ajuda milionária para o Brasil durante pandemia de Covid-19", 21/05/20).

Primeiramente, ocorre a debreagem enunciativa, quando o enunciador (o jornal), dá ao narrador a incumbência de narrar em seu lugar, instaurando um ele (o embaixador brasileiro Nestor Forster), actante⁴ do enunciado, isto é, o não "eu". Tal procedimento mantém, assim, a enunciação afastada do enunciado pelo uso da terceira pessoa, o que cria, como visto acima, o efeito de objetividade.

Segundo, há o fenômeno da debreagem interna. O narrador concede espaço à voz de um indivíduo já sinalizado no discurso, isto é, o actante do enunciado "o embaixador brasileiro Nestor Forster". Este (outrora locutor) tem a fala projetada por debreagem enunciativa (agora, torna-se interlocutor, uma vez que "ouve-se a sua voz") ao ser instaurado um "ele" no discurso, isto é, os presidentes (em 3^o pessoa) sem a inserção de um "eu".

O que importa, sobretudo, no exemplo acima, é perceber a intensificação da objetividade - tão cara ao discurso jornalista. Primeiro pela projeção da voz do narrador, inscrito por debreagem enunciativa, e, segundo, pela fala do interlocutor projetada também em debreagem enunciativa - recurso este escolhido pelo enunciador jornal no momento de composição discursiva. As debreagens enunciativas permitem, portanto, a criação do efeito de sentido de realidade, simulando isenção do jornalista, como se as narrativas fossem reprodução de fatos reais.

Por sua vez, como dito acima, na debreagem de segundo grau também ocorre a projeção de vozes por debreagem enunciativa. Observe-se o fragmento abaixo:

Maria Sandra da Silva veio de São Paulo na esperança de ver a mãe, de 91 anos. Chegou ao Pedro II por volta das 14h30. A vista era às 15h, mas às 18h ainda não tinha conseguido vê-la. Outra filha dela, Tânia Lopez, reclamou do atendimento:

- Minha mãe está pelada só com fralda. Trouxe uma bolsa de roupa para ela, mas até agora não me deixaram entrar. (*Extra, Cidade*, "Saúde Municipal, um paciente em lenta recuperação", 30/12/19, p. 6).

⁴ Para Greimas, actante é uma categoria discursiva que corresponde àquele que pratica ou sofre uma ação. Segundo Bertrand, é "unidade sintática de base da gramática narrativa, o actante define-se por sua relação predicativa, sua composição modal e sua relação com outros actantes. A semiótica reconhece três figuras actanciais de base: o Destinator, o Sujeito e o Objeto (as figuras simétricas e inversas do anti-sujeito e do anti-Destinator determinam a estrutura polêmico-contratual da narrativa)" (BERTHAND, 2003, p. 45).

A voz do actante do enunciado “Tânia Lopez” é projetada por debreagem enunciativa, como se pode observar pelo uso dos pronomes “minha” e “me”. Tal mecanismo confere credibilidade ao discurso do jornal (já que a informante presenciou os fatos) e apela também para a sensibilidade do leitor.

A partir dessas considerações, depreende-se, então, que o enunciador não produz discursos verdadeiros ou falsos. Todavia, conforme os dispositivos linguísticos observados acima, criam-se efeitos de sentido que levam o enunciatário a interpretar e crer na veracidade (ou não) do veiculado no enunciado. Barros (2005, p. 62) afirma que “o discurso constrói a sua verdade”.

Por fim, há também outro mecanismo de projeção da enunciação no enunciado, cuja denominação é embreagem. Nele, segundo Fiorin (2018, p. 74), as oposições de pessoa, tempo e espaço são suspensas. Na embreagem actancial, neutralizam-se oposições na categoria de pessoa (FIORIN, 2016, p. 74). Empregam-se determinadas pessoas do discurso com o valor de outras - o que se observará nos parágrafos subsequentes.

Usa-se, nalguns casos, a terceira pessoa do singular em lugar da primeira, ressaltando um papel social. Por exemplo, quando uma mãe diz a um filho “Mamãe cuida tão bem de você!”, esse “Mamãe” é o mesmo que “eu”. Noutras palavras, a mãe refere-se a si mesma em terceira pessoa do singular. Fiorin, usando as palavras de Greimas e Courtés, diz que a embreagem é “o efeito de retorno à enunciação”, isto é, ao “eu” que fala (GREIMAS, COURTÉS, apud FIORIN, 2016, p.41). O uso de “mãe” no lugar de “eu”, dá, assim, destaque ao papel zelador e amoroso exercido pela figura materna – o que, linguisticamente, reforça o sentimento de segurança do filho.

Há também outras possibilidades de embreagem. Quando, por exemplo, um pai diz a um filho “Eu amo meu filhinho!”, o substantivo “filhinho”, que remete à terceira pessoa do singular, é usado no lugar do “tu”, pessoa com quem se fala, ou seja, com o participante da comunicação verbal. De acordo com Fiorin (2016, p. 77), usar a terceira pessoa do singular no lugar da segunda pode indicar, como no exemplo, “carinho, afeto ou respeito, uma vez que o locutor exclui o outro da troca linguística, dando-lhe um lugar especial.”

No jornal, nalguns momentos, usa-se a terceira pessoa do singular no lugar da primeira do plural, uma vez que esta última carrega pessoalidade. Numa notícia do *Extra*, divulgada no dia 16 de dezembro de 2019, observa-se a seguinte ocorrência de

embreagem: “O Extra confirmou ontem que toda frota de caminhões foi para as ruas”. Nesse caso, o substantivo “Extra” significa “nós”, isto é, toda equipe jornalística. O mecanismo embreagem, portanto, está a serviço de um projeto de dizer, emprega-se a terceira pessoa do singular com o valor de primeira do plural e cria-se o efeito de sentido de objetividade, ressaltando, assim, o Extra como um jornal comprometido com os fatos - o que se busca é dar destaque ao nome, além de reforçar o efeito de objetividade.

Como recurso argumentativo, é recorrente, por exemplo, o uso da primeira pessoa do singular no lugar da primeira do plural a fim de que o discurso se revista de plena personalidade e de que o leitor se identifique com a situação descrita no enunciado. Rafa Kalimann, em seu Instagram, revoltada com a situação que chocou o Brasil sobre a impunidade da justiça quanto à criminalização do empresário André de Camargo Aranha, acusado de estuprar Mariana Ferrer e sobre a forma como a vítima foi humilhada pelo advogado do acusado, argumenta em prol das mulheres. Segue um trecho da postagem:

Não importa como me visto, como escolho estar, se bêbada, se sóbria, se vestida ou nua. Não importa onde estou, com quem estou, não importa a pose, a foto. NÃO IMPORTA porque NÃO É NÃO! Nós temos o direito de respeito e segurança! O CHORO NÃO É FALSO, é de humilhação, de dor, de desprezo, de cansaço, dela, nosso e de cada uma que se cala todos os dias. Isso desencoraja mulheres que precisam de ajuda todos os dias e vem do lugar que as cobra para denunciar. Pra mais humilhações como a que vimos hoje?
(KALIMANN, Rafaella. Instagram, 02/11/20. Disponível em: https://www.instagram.com/p/CHJGpa5JKEB/?utm_source=ig_embed. Acesso em: 29 de nov. 2020).

No exemplo acima, a primeira pessoa do singular em lugar da primeira do plural subjetiva o discurso (FIORIN, 2016, p. 89). Os “eus” femininos passam a uma correspondência, ou melhor, veem-se refletidos nesse “eu” projetado no enunciado, que, na verdade, significa “nós mulheres”. Tal recurso reforça o sentimento de solidariedade e empatia entre enunciadador e enunciatário. Nada na língua, portanto, é gratuito, há um jogo de intencionalidade, e os mecanismos linguísticos escolhidos contribuem para tal.

Além das estratégias de enunciação expostas anteriormente, Fiorin (2016, p. 31) diz que o enunciado comporta muitas vezes elementos linguísticos que apontam para a instância da enunciação. Dentre os que o autor cita, encontram-se os adjetivos e

advérbios apreciativos - o que marca a presença de um "eu" pressuposto. Gomes e Mancini fazem, no mesmo sentido, a seguinte consideração:

(...) as marcas da enunciação (pessoa, tempo e espaço) no enunciado não se restringem ao sistema pronominal, ao sistema temporal dos verbos e advérbios de tempo e espaço. O emprego de palavras de teor subjetivo, expressando apreciações e julgamentos, traços afetivos passionais, também pode assinalar a presença do enunciado no texto (GOMES E MANCINI, 2007, p.8).

Portanto, por mais que o enunciador simule afastar-se do enunciado, haverá sempre formas, elementos linguísticos capazes de “remontar” a enunciação, que implica o ato de dizer, a intencionalidade discursiva. Muito embora a enunciação seja da ordem do acontecimento, do instante, pelas marcas enunciativas deixadas no enunciado, ela pode, em certa medida, ser recuperada. Em relação ao que agora foi explicitado, vejam-se exemplos retirados de uma matéria jornalística:

Homossexuais, cotistas, defensores de Direitos Humanos, colegas parlamentares, muita gente já foi alvo das declarações polêmicas do deputado federal Jair Bolsonaro (PP/RJ), que concorre em 2018 à presidência da República. Até as mães entraram no seu rol de provocações. Em entrevista ao jornal gaúcho Zero Hora, o deputado disse que as mulheres deveriam ganhar salário menor porque engravidavam e prejudicavam o empresariado, devido a seu afastamento pela licença-maternidade. Por conta disso, CRESCER foi procurar a mãe de Bolsonaro, para saber o que ela própria pensava das declarações destemperadas dele. Em certa ocasião, por exemplo, o deputado disse preferir que o filho morresse em acidente do que “aparecesse com um bigodudo”. E, a uma deputada, que não merecia ser estuprada porque era feia... (*Revista Crescer*, “ ‘Ele não era de falar besteira’, diz mãe de Jair Bolsonaro”, 31/07/2018).

Dentre os mecanismos subjetivos usados no fragmento acima, que apontam para a presença de um enunciador, destacam-se, por exemplo, a expressão nominal “rol de provocações” e o adjetivo “destemperadas”. Este, além de ser empregado conotativamente, revela um olhar de valorização negativa das declarações presidenciais, que são avaliadas como desordenadas; aquela, isto é, a expressão “rol de provocações”, por sua vez, constrói a imagem de um presidente ofensor, cujas palavras estão numa lista de ultrajes - o que também resulta do julgamento do enunciador.

Além disso, o uso do advérbio “até” soma à “lista” de insultos mais um grupo de pessoas que, de forma inconcebível, passa a constar no “rol” do presidente: as mães. Noutras palavras, o enunciador (pela voz do narrador) deixa resvalar a sua avaliação

sobre o nível do absurdo audacioso de Jair Bolsonaro a ponto de insultar “até” figuras socialmente vistas como intocáveis. Tudo isso configura marcas enunciativas por meio das quais é possível identificar posicionamentos, ou seja, a presença de um “eu” pressuposto na condução discursiva.

4 - DIALOGISMO E POLIFONIA

Bakhtin (2014) propõe uma noção de língua diferente da de seu tempo. Opondo-se a concepções subjetivistas, que restringem a linguagem a um ato puramente do indivíduo, ele a entenderá como fruto de um processo social: “A língua não é o reflexo das hesitações subjetivas-psicológicas, mas das relações sociais estáveis dos falantes” (BAKHTIN, 2014, p. 153). Ela assume um caráter histórico, social e cultural, emergindo, assim, de interações. Logo, a linguagem apresenta um caráter, segundo o autor, dialógico.

Quanto a isso, Fiorin (2006, p. 18) explica, a partir dos postulados de Bakhtin, que nenhum ato de fala é inaugural, com exceção do primeiro Adão. Todo discurso é permeado por discursos anteriores, o que caracteriza a relação dialógica da qual a linguagem é constitutiva: “Um enunciado não existe fora das relações dialógicas. Nele estão presentes ecos e lembranças de outros enunciados, com que ele conta, que ele refuta, confirma, completa, pressupõe e etc.” (FIORIN, 2006, p.21).

Acrescenta ainda que “cada vez que se produz um enunciado o que se está fazendo é participar de um diálogo com outros discursos” (FIORIN, 2006, p. 21). Por exemplo, quando a mãe faz o comentário “É homem!”, num contexto em que fica sabendo que o filho “sai” com muitas meninas, ela está reiterando, ou melhor, replicando discursos machistas de que o homem é “garanhão”, de que é livre para fazer o que bem entende.

A situação hipotética demonstra que, em um discurso, estão presentes outras vozes sociais. Barros (1994, p.3) explica que “nenhuma palavra é nossa, mas traz em si uma perspectiva de outra voz” e que o “dialogismo é a condição do sentido do discurso”. Fiorin (2006, p. 26), por sua vez, reitera que os sentidos dos enunciados são sempre de natureza dialógica.

Ora, essa concepção de dialogismo de base mais profunda, ou seja, intrínseca à própria linguagem, é intitulada “dialogismo constitutivo”, aquele que não se revela, de acordo com Fiorin (2006, p. 24), no fio do discurso. Contudo, há o dialogismo que se mostra na superfície discursiva. Trata-se de vozes alheias incluídas, por decisão do enunciador, no enunciado.

Diana Barros (1994, p. 5-6), porém, prefere distinguir esses processos, recorrendo a outras designações. Para a autora, a palavra “polifonia” seria usada para

textos nos quais pudessem ser vistas diferentes vozes, opondo-se aos textos considerados monofônicos; já o dialogismo seria o princípio constitutivo da linguagem.

Nesse entendimento, os textos são dialógicos por natureza, quer polifônicos, quer monofônicos. Enquanto estes abafam as vozes dissonantes e deixam em sua superfície apenas uma única voz, aqueles, como brevemente explicitado, deixam as vozes exprimirem-se nas linhas textuais. Ambos são “efeitos de sentido decorrentes de procedimentos discursivos (como expor ou ocultar enunciações em tensão) que se utilizam em textos, por definição, dialógicos” (BARROS, 1994, p.6).

Norma Discini (2005, p. 110), trazendo os estudos de Jacqueline Authier-Revuz, fala sobre a heterogeneidade constitutiva do discurso, ou seja, o encontro de vozes que se realiza na imanência discursiva. Acrescenta que a heterogeneidade mostrada, diferenciando da puramente constitutiva, poderá ser identificada por intermédio de marcas que separam a voz do outro a do enunciador.

Beth Brait (1994) comenta que o dialogismo se manifesta em diferentes graus. Existem diálogos que são estabelecidos, intencionalmente, entre dois discursos. Esse processo se dá quando alguém contrasta dois teóricos cujos postulados não implicam numa relação dialógica “nata”. E há aqueles não intencionais revelados pelas múltiplas vozes que constituem a fala interna de um indivíduo. Ela acrescenta que, para Bakhtin, “os elementos históricos, sociais e linguísticos atuam de forma decisiva no cerne da personalidade do indivíduo e se manifestam de forma dialógica em seus discursos” (BRAIT, 1994, p. 95).

Pois bem, são diferentes maneiras de explicar o caráter dialógico da linguagem, seja ele marcado ou não na manifestação textual. Tem-se, portanto, o fenômeno da polifonia quando as vozes se encontram na materialidade do texto. No exemplo abaixo, retirado de uma matéria do jornal *Extra*, que fala sobre o programa de adoção do Estado, o jornalista insere a fala de uma entrevistada em sua matéria:

O amor é tanto que, depois de Ana e Juliarte, ela decidiu adotar o terceiro, Lucas (irmão dos dois primeiros), então com menos de 5 anos (...) só para mantê-los juntos.
- Estou aprendendo a ser mãe, e eles eram muito carentes de carinho. O primeiro Natal foi lindo. Fiz uma ceia completa! Neste ano, Júlia me pediu panelinha de presente. Os meninos, bonecos. Eles são muito inocentes... Eu me lembro da primeira vez em que fomos a um restaurante. Eles estavam esfuziantes! Nunca tinham comido pizza,

por exemplo. Nesse dia, eu chorei – conta Elaine, emocionada (*Extra, Cidade, Natal em família, 25/12/19, p. 4*)

Ao mesmo tempo, pode-se perceber mais de uma voz, a do jornalista e a da pessoa entrevistada, fazendo parte do mesmo enunciado, o que caracteriza o fenômeno da polifonia. É digno de destaque que o enunciador não projeta o “eu” no discurso, mas, atribui ao narrador a voz (que aqui é o jornalista). Este, por sua vez, dá espaço para o dizer da interlocutora Elaine - fenômeno denominado *debreagem interna* e já exposto no tópico antecedente.

A fala de outrem foi também, como se pode ver, manifestada abertamente, o que Bakhtin (2014) chama de discurso objetivado. Houve uma separação clara (por meio de travessões e pela atribuição da voz ao actante responsável pela enunciação citada, o interlocutor: “conta Elaine, emocionada.”) entre a voz do narrador (o jornalista) e a do actante do enunciado (a mulher). Como o enfoque do presente trabalho recai sobre a polifonia, ou seja, as vozes presentes e marcadas no enunciado, de agora em diante, será feita uma explicação pormenorizada de algumas formas composicionais que permitem a identificação desse mecanismo de projeção da voz do outro pelo narrador.

4.1 – Os tipos de discurso

Bakhtin, ao fazer considerações sobre os tipos de discursos, já aponta o caráter dialógico, social, contextual que levam falantes a preferirem um modo de demarcar o discurso alheio em lugar de outro: “conforme a língua, conforme a época ou os grupos sociais, conforme o contexto apresenta tal ou qual objetivo específico, vê-se ora dominar uma forma, ora outra, ora uma variante, ora outra (BAKHTIN, 2014, p. 153)”.

Portanto, um enunciador pode recorrer a diferentes maneiras de inserir a voz de outrem em seu discurso. A depender do direcionamento discursivo, ou, conforme Bakhtin, do “objetivo específico” de seu texto, escolherá uma ou outra forma. A decisão levará em conta sempre aquela que mais coadunará com o projeto de dizer.

Beth Brait (1994, p. 25), ao tecer reflexões sobre o analista do discurso, diz que, para o conceito dialógico, apenas a percepção de uma forma de inserir a voz alheia no texto não quer dizer nada. É preciso olhar atentamente no conjunto do discurso, de que forma o enunciador se apropria dessa voz: interpretando-a, manipulando-a ou, até mesmo, subvertendo-a.

Bakhtin propõe que a análise dos diferentes modos de inserir as vozes no texto não pode estar dissociada do contexto que passam a integrar. De acordo com o teórico, “o fim que o contexto narrativo procura alcançar é particularmente importante” (BAKHTIN, 2014, p. 164). É preciso, nessa perspectiva, observar como as vozes contribuem para a finalidade discursiva de toda construção textual.

Dentre as possibilidades de destacar a heterogeneidade marcada, há os tipos de discurso mais conhecidos (e com os quais se trabalhará neste estudo monográfico), são eles: direto e indireto (e variantes). Todos configuram recursos composicionais que permitem separar (e identificar) o discurso citante do discurso citado.

Segundo Discini (2005, p. 111), chama-se interlocutor aquele cujo discurso é citado. Na verdade, será assim denominado somente quando a voz for reproduzida em discurso direto. Já a transposição em discurso indireto faz com que a voz citada perca “o status de enunciação”, uma vez que as marcas enunciativas são suprimidas pelo narrador, que reformula o discurso à sua maneira. Por isso, denomina-se locutor aquele cuja voz é posta em discurso indireto.

4.1.1 – Discurso direto

Bakhtin diz que “se a língua (...) percebe a enunciação de outrem como um todo compacto, inalisável, imutável e impenetrável, ela não comportará nenhum outro esquema além do esquema primitivo e inerte do discurso direto” (BAKHTIN, 2014, p.164). O discurso direto, portanto, é aquele considerado intocável, no qual a voz de quem o enunciou é transposta de tal forma que cria o efeito de que se deu sem qualquer intervenção do narrador.

Nele, conforme Maingueneau (2004, p. 141), o enunciador citante busca se distanciar da voz citada, eximindo-se de qualquer responsabilização. É como se dissesse: “não sou eu quem digo”. Ora, comumente, um dos efeitos produzidos por esse recurso é o afastamento do conteúdo relatado e se deve ao fato de o narrador não concordar com ele, de não aderir ao que é proferido. Por isso, busca manter destacadas, ou melhor, distanciadas as enunciações.

Além disso, cria-se o simulacro de restituição da fala de outrem:

Mesmo quando o discurso direto relata falas consideradas como realmente proferidas, trata-se apenas de uma encenação, visando criar um efeito de autenticidade (...). De toda maneira, não há como comparar uma ocorrência de fala efetiva (como, no oral, determinada entoação, gestos, um auditório que reage...) e um enunciado entre aspas em um contexto totalmente diverso (MAINGUENEAU, 2004, p.141).

Ele explica que o discurso direto não pode ser objetivo, pois, além de ter sido tirado de seu contexto original, o enunciador do discurso citante pode dar um enfoque pessoal de acordo com o direcionamento de seu dizer. Logo, por mais que o narrador seja fiel ao fragmento citado, será a nova situação de enunciação que direcionará a interpretação do leitor. Como afirma o autor, “O DD não é uma cópia de uma fala real” (MAINGUENEAU, 2004, p. 143).

O discurso direto é usado também para construir a imagem de um “autor” sério, objetivo e transparente. Ao manter intacta a palavra alheia, o enunciador poderá revelar certa adesão respeitosa ao dizer citado (MAINGUENEAU, 2004, p. 142). Fiorin (2005, p. 68) explica que no discurso direto, “se estabelecem fronteiras bem nítidas entre a fala do narrador da personagem” – o que também pode conferir um efeito de sentido de verdade. Noutras palavras, o enunciador assegura não inventar os fatos, pois os relatos partem de quem os vivenciou, o que dá um caráter de confiabilidade à enunciação.

Maingueneau (2004, p.250) destaca que a fala relatada em discurso direto dá a sensação de “uma relação mais imediata com o vivido, como se o leitor estivesse presente na situação”. O efeito de sentido que se tem é de presença do outro, isso porque as marcas linguísticas permanecem inalteradas, diferentemente do discurso indireto, que será visto no próximo tópico. Observa-se, como exemplo, o fragmento em discurso direto, no qual uma mulher compartilha a experiência de ter adotado crianças:

- Estou aprendendo a ser mãe, e eles eram muito carentes de carinho. O primeiro Natal foi lindo. Fiz uma ceia completa! Neste ano, Júlia me pediu panelinha de presente. Os meninos, bonecos. Eles são muito inocentes... Eu me lembro da primeira vez em que fomos a um restaurante. Eles estavam esfuziantes! (...) - conta Elaine, emocionada (*Extra, Cidade*, “Natal em família”, 25/12/19, p. 4).

Como se pode notar, cria-se a ilusão de que os elementos emocionais e afetivos são mantidos intactos, isto é, são literalmente transpostos. O uso da exclamação e reticências faz transparecer as excitações emotivas de quem diz, fazendo com que a

vivacidade do que é emitido seja sentida pelo leitor. Corrobora para tal a ocorrência da debregagem enunciativa, na qual o “eu” da interlocutora é projetado no enunciado, intensificando, assim, o efeito de afetividade.

Além disso, de acordo com Barros (2005, p. 58), o efeito de realidade não vem apenas do discurso direto, mas também das “cenas que servem de referente ao texto”. Monta-se, segundo ela, “uma ilusão de situação real”, quando se contextualizam aspectos como, o tempo, o lugar e os atores do discurso reconhecíveis como reais pelos leitores:

Ainda na entrevista à CNB, o governador Witzel diz como pretende reestruturar o projeto das UPPs.

- A população tem que sentir medo do criminoso, não da polícia, que está lá para agir de forma mais preparada possível e proteger a vida (...) (*O Globo, Rio*, Witzel diz que mobilidade urbana será prioridade no seu segundo ano de governo, 3 / 01/2020.)

Os referentes “na entrevista”, momento em que se fala, “Witzel” e “CBN”, atores envolvidos na situação comunicativa, servem para ambientar o leitor, antes da inserção do discurso citado, e para passar a ilusão de fato verídico. Essa contextualização é denominada ancoragem. Sobre ela, Barros (2005, p. 59) esboça o seguinte raciocínio: “Se são reais as personagens, os locais e os momentos em que os fatos ocorrem, torna-se verdadeiro todo o texto que a eles se refere”.

Para que o leitor compreenda que houve a inserção de uma voz em discurso direto, conforme Maingueneau (2004, p.143), o discurso citante deve deixar isso bem demarcado, seja por meio de um verbo *dicendi* (dizer, afirmar, falar), seja por meio de travessões ou por orações intercaladas no interior ou no final do discurso citado. O depoimento do roteirista e ator Fábio Porchat, inserido em forma de discurso direto, sobre o atentado ao *Porta dos fundos*, exemplifica bem esses procedimentos:

- Para nós, do Porta dos Fundos, ser gay é uma característica como qualquer outra. A pessoa pode ser alta, baixa, negra, branca, gay, hétero. Para os homofóbicos, ser gay é xingamento. Aí é que mora o preconceito – disse Porchat, em entrevista ao **Extra**. (*Extra, Polícia*, “Ataque ao humor”, 26/12/19, p.3).

O discurso direto mantém a separação clara entre a voz do narrador e do interlocutor, como já dito anteriormente. A heterogeneidade do discurso conta, portanto, com elementos gráficos que fazem essa distinção (DISCINI, 2005, p. 112). Além dos

acima já citados, encontram-se as aspas. Abaixo, a fala de Porchat, ainda repudiando o ocorrido, é aspeada (em dois formatos):

“Não vamos nos calar! Nunca! É preciso estar atento e forte!”

“O ódio no especial de Natal diz mais sobre quem o repudia do que sobre nós”

(*Extra, Polícia*, “Ataque ao humor”, 26/12/19, p.3)

No primeiro exemplo, a citação é feita no interior do texto logo após a fala introdutória do narrador (jornalista). Já o segundo é uma citação, como se vê, também direta, retirada do corpo do texto e replicada em destaque no meio da matéria com letras maiores.

Os verbos, por sua vez, geralmente denotam certa neutralidade (como os verbos “falar”, “dizer”). Todavia, poderão transmitir, como no caso dos verbos “confessar” e “reconhecer”, o posicionamento do enunciador do discurso citante, pois significam que o conteúdo relatado no discurso direto constitui um erro admitido (MAINGUENEAU, 2004, p.144). Esses e outros verbos expressam certa avaliação do narrador em relação ao discurso citado, como o verbo “reclamar” no exemplo abaixo:

Outra filha dela, Tânia Lopez, reclamou do atendimento:

- Minha mãe está pelada só com fralda. Trouxe uma bolsa de roupa para ela, mas até agora não me deixaram entrar. (*Extra, Cidade*, “Saúde Municipal, um paciente em lenta recuperação”, 30/12/19, p. 6)

Ora, nesse trecho, ao usar o verbo “reclamar”, o jornalista revela uma postura avaliativa. No lugar de apenas objetivamente expor o que disse a entrevistada, escolhe passar o estado de insatisfação encontrado nas palavras dela. Esse julgamento, porém, caberia ao leitor.

4.1.2 - Discurso indireto

Para Maingueneau (2004, p. 149), o enunciador dispõe de variadas maneiras de parafrasear as falas citadas, já que o que precisa ser relatado não são as palavras como foram proferidas, mas sim o conteúdo do pensamento. Logo, o dito de outrem passa

pela tradução/ análise do enunciador. Não é em vão que Bakhtin (2014, p.166) diz ser “a análise a alma do discurso indireto”.

O teórico explica que essa tendência analítica do discurso indireto se revela, sobretudo, no apagamento das marcas afetivas e emotivas admitidas no discurso direto. Logo, o que se tem, então, é o efeito de objetividade, não há espaço para emoções:

Fernanda Titonel diz que o principal objetivo do programa (...) é encontrar uma casa para crianças e adolescentes que teriam mais dificuldades para serem adotados (*Extra, Cidade*, Natal em família, 25/12/19, p. 4).

No exemplo acima, a fala da secretária estadual de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos Fernanda Titonel, numa entrevista sobre adoção, é traduzida de acordo com o jornalista (narrador), que retira possíveis marcas afetivas e veicula o conteúdo objetivamente. Contribui para tal configuração também o uso do verbo neutro “dizer”.

De acordo com Fiorin (2005, p.67-68), esse discurso chama-se variante analisadora do conteúdo. O narrador assimila apenas o conteúdo do discurso e não a forma como ele foi dito. Nessa variante, ocorre, então, a despersonalização, devido à eliminação dos elementos emocionais do discurso citado em nome de uma objetividade analítica.

É digno de observação que, no discurso indireto, a voz do outro fica terminantemente subordinada à voz do narrador. Por isso, como dito anteriormente, existe apenas a enunciação deste, visto que as marcas enunciativas do locutor (outrora enunciador) desaparecem do fio discursivo (DISCINI, 2005, p.112). As únicas marcas que poderão emergir são as do narrador.

Segundo Discini (2005, p. 112), as conjunções integrantes “que” e “se”, responsáveis por iniciar uma oração subordinada substantiva objetiva direta, seriam as marcas do discurso indireto. Elas integram a fala do locutor a um verbo *dicendi* (afirmar, dizer, falar, etc.), que, por sua vez, indica ter ocorrido uma enunciação, agora subordinada ao discurso citante, como se vê no exemplo a seguir:

Fernanda diz que os recursos do programa equivalem um investimento do estado (*Extra, Cidade*, “Natal em família”, 25/12/19, p. 4).

Nota-se, como em exemplos anteriores, um verbo *dicendi* “diz”, a conjunção integrante “que”, iniciando a oração subordinada substantiva objetiva direta. A voz do locutor, por sua vez, revela-se subsumida à enunciação citante. O narrador (concretizado em 3º pessoa do discurso) é quem relata com suas próprias palavras o que disse o delegado. As marcas enunciativas *eu*, *aqui* e *agora* da enunciação citada foram suprimidas, restando apenas uma enunciação: a do narrador.

Quanto aos verbos introdutórios, observa-se caso similar ao do discurso direto. De acordo com Maingueneau (2004, p. 150), a escolha de qual usar tem grande relevância, uma vez que pode induzir certa interpretação ao indicar um direcionamento ao discurso citado. Ora, como no exemplo acima, o enunciador pode inserir um verbo considerado “neutro”, ora algum que expresse sua avaliação, isto é, um olhar subjetivo sobre o dito:

Camila Cristina Gomes, de 30 anos, admite que esperava encontrar a situação pior ao levar o filho, Everthon, de 10 anos, diagnosticado com apendicite (*Extra, Cidade*, “Saúde Municipal, um paciente em lenta recuperação”, 30/12/19, p. 6).

No fragmento acima, retirado de uma notícia sobre a saúde municipal (mais especificamente sobre o Hospital Dom Pedro II), destaca-se o verbo “admitir” que, nesse contexto, expressa um direcionamento interpretativo do enunciador. É como se ele dissesse que, de fato, a espera por uma situação ruim na saúde pública seria evidente, e a locutora reconhece isso.

Ao comparar o uso do discurso direto ao discurso indireto, Maingueneau (2004, p. 150) diz ser o primeiro o preferido da imprensa popular. Explica o autor que, para a grande massa, o jornalista prefere a narração (visto que promove uma relação mais rápida com os fatos), a inserção das falas “reais” das pessoas. Dessa forma, os leitores têm um contato mais vívido com o relatado. É como se presenciassem tudo de perto.

4.1.3 – Variante analisadora da expressão

Acima, mostrou-se a variante analisadora do conteúdo. Além dela, existe a analisadora da expressão. Bakhtin (2014, p. 168) explica que “ela integra na construção indireta as palavras e as maneiras de dizer do discurso de outrem”. Por meio das aspas, o enunciador isola, dentro de uma configuração indireta, termos e expressões usados

inicialmente por quem as emitiu. O teórico, na citação abaixo, explica minuciosamente a funcionalidade dessa variante:

A transmissão analítica da enunciação de outrem enquanto expressão que caracteriza não só o objeto de discurso, mas ainda o próprio falante, sua maneira de falar, seu estado de espírito, expresso não só no conteúdo, mas nas formas do discurso (por exemplo, a fala entrecortada, a escolha da ordem das palavras, a entoação expressiva, etc.); sua capacidade e incapacidade de exprimir-se (BAKHTIN, 2014, p.166).

Nesse sentido, o enunciador apresenta um julgamento de valor sobre o modo de falar do outro. O exemplo subsequente apresentará o que foi dito até aqui - o fragmento, extraído da capa de *O Globo*, é de uma entrevista com Bolsonaro sobre as mensagens rackeadas que comprometiam a conduta de Moro. O site estaria divulgando as mensagens:

Bolsonaro diz que jornalista Glenn Greenwald, do site Intercept, “pode pegar uma cana aqui” (“Talvez pegue uma cana aqui no Brasil”, afirma Bolsonaro sobre Glenn Greenwald”, *O Globo*, 27/07/19).

A construção indireta “Bolsonaro diz que jornalista Glenn Greenwald, do site Intercept” é integrada à voz do narrador e a fala do presidente Bolsonaro aspeada “pode pegar uma cana aqui” é mantida como se fosse intocada. Noutras palavras, a expressão popular usada pelo presidente quer dizer que Glenn Greenwald pode ir para prisão. Logo, com esse recurso, o jornalista ressalta/ caracteriza as maneiras de dizer do presidente.

Constrói-se, pois, o *éthos* do narrador como alguém descompromissado com o que diz, pois o Bolsonaro se vale de expressões incompatíveis com a figura presidencial. Cria-se, também, a imagem do actante do enunciado como a de alguém autoritário e ameaçador, já que dizer “pode pegar uma cana aqui”, transmite uma tentativa de represália ao site que divulga as informações rejeitadas pela presidência.

A demarcação da fala do atual presidente, por sua vez, aponta para o julgamento de valor feito pelo jornalista. Ao mantê-la em destaque, o jornal chama a atenção do leitor para as expressões que, conseqüentemente, configuram certos traços de Bolsonaro. E assim, conforme Bakhtin (2014, p. 170), “a individualidade do falante se cristaliza ao ponto de formar uma imagem” – já anteriormente explicitada.

Maingueneau (2004, p. 151), ainda sobre a respectiva dessa variante, dirá que o fragmento aspeado, dentro do discurso indireto, chama-se “ilha textual” ou “ilha enunciativa”. A expressão destacada está integralmente ligada à sintaxe, só mesmo o uso das aspas aponta para o fato de que o enunciador do discurso citante não assume essa “ilha enunciativa”, isto é, não adere às palavras pertencentes ao discurso citado e se exime da responsabilidade pelo dito.

Discini (2005, p.117), no mesmo sentido, acrescenta ser o recurso às aspas uma forma de demarcação da heterogeneidade. Elas indicam que a porção cercada pertence a outrem. E, muitas vezes, servem para marcar nitidamente o afastamento moral entre o enunciador do discurso citante e a parte enunciativa com a qual não concorda. Abaixo um trecho que exemplifica o que foi exposto:

Presidente afirmou que pai do atual dirigente da OAB sofreu “justiçamento de esquerda” (“Talvez pegue uma cana aqui no Brasil”, afirma Bolsonaro sobre Glenn Greenwald, *O Globo*, 27/07/19).

Retirado do jornal *O Globo*, a marcação feita pelo jornalista da voz do presidente revela um distanciamento do que foi dito e também a não concordância. Ora, na situação em questão, o presidente atribui friamente a morte do pai do dirigente da OAB ao “justiçamento de esquerda”, quando, na verdade, documentos comprovaram que ele foi morto pela ditadura.

4.1.4 – Variante do discurso indireto

De acordo com Discini, além das formas já expostas, as expressões preposicionadas, *segundo x*, *para x*, entre outras, e as iniciadas por conjunções, tais como *conforme diz x*, *como diz x*, são mecanismos composicionais que servem para marcar a heterogeneidade discursiva (DISCINI, 2005, p. 117). Maingueneau (2004, p.139) acrescenta que, ao lançar mão desses recursos, o enunciador sinalizaria, de forma mais simples e discreta, não ser ele o responsável pelo discurso relatado.

Os recursos linguísticos citados, portanto, possibilitam indicar que é feita a ancoragem em outro discurso. De acordo com o teórico, esse procedimento recebe o nome de modalização em discurso segundo. A modalização, por sua vez, indica a

atitude do falante diante de seu próprio dito (MAINGUENEAU, 2004, p. 107). Eis alguns exemplos:

PM ENCONTRA PÉ DE MACONHA E DROGA SINTÉTICA EM UMA CASA

Um homem de 20 anos foi preso após a polícia descobrir que ele tinha um pé de maconha plantado em casa, além de drogas sintéticas. A ação aconteceu na noite de domingo, em Volta Redonda, no Sul Fluminense.

Segundo a PM, os policiais foram ao local depois de receberem uma denúncia. Ao chegarem à casa do suspeito, eles foram recebidos por uma jovem, que levou os militares até o quarto onde estavam os suspeitos e as drogas.

Ainda de acordo com a PM, no quarto foram encontrados um pé de cannibis, um ramo de planta seca, dois sacos de MDMA e oito comprimidos de eestasy, além de bolas de haxixe e 2.777 em espécie. Levado para delegacia, o suspeito vai responder por tráfico de drogas (*Extra, Polícia*, 31/12/19, p. 8; o grifo é nosso).

Observa-se a existência apenas de uma enunciação: a do narrador-jornalista. Os modalizadores, que permitem que o enunciador faça um comentário sobre o que diz, poderiam ser retirados sem prejuízo algum à sintaxe e ao conteúdo da notícia. Eles permitem fluidez na exposição dos fatos, pois discretamente o enunciador atribui a responsabilidade pelo conteúdo do discurso aos policiais. E promovem o efeito de sentido de veracidade, uma vez que os relatos são atribuídos aos participantes da cena: os policiais, que funcionam como testemunhas e avalizadores do dizer.

5 - ANÁLISE

Nesta análise, optou-se por identificar os tipos de discursos, as formas mais regulares em que se apresentam no *corpus*, os efeitos de sentido e as marcas enunciativas nos enunciados com intuito de comprovar a argumentação como intrínseca à própria linguagem. Por meio da distribuição de vozes, o jornal, como sujeito semiótico, apresenta certas características, que se repetem, o que ajudou a compreender sua constituição como sujeito discursivo. É claro que estudos, com amostras mais vastas, precisam ser feitos para melhor solidificação das conclusões aqui alcançadas.

5.1 – Projeção de voz em primeiro grau: o narrador

Dos mecanismos enunciativos, um que se mostrou muito produtivo foi o da debreagem enunciativa por meio da qual o enunciador simula afastamento da enunciação ao dar espaço à voz do narrador, concretizado em terceira pessoa. Vejam-se os exemplos:

UM TOMBO NA ARRECADAÇÃO

O Rio amarga este ano, em valores absolutos, a maior queda de arrecadação de impostos entre as doze cidades mais populosas do país, em comparação com 2018. Até a última quinta-feira, entraram nos cofres do município R\$ 25,96 bilhões. Sem corrigir a inflação, a conta é R\$ 1, 71 bilhão (6, 1%) menor do que o arrecadado no exercício anterior (R\$ 27,67 bilhões), apesar de dois anos seguidos de aumento do IPTU. (“Um tombo na arrecadação”, *Extra, Cidade*, 30/12/19, p. 6).

SAÚDE MUNICIPAL, UM PACIENTE EM LENTA RECUPERAÇÃO

No primeiro fim de semana, após pagamento realizado pela Prefeitura do Rio, da 2ª parcela do décimo terceiro salário a servidores da Saúde, pacientes ainda encontraram problemas em unidades municipais, principalmente a longa espera por atendimento (“Saúde Municipal, um paciente em lenta recuperação”, *Extra, Cidade*, 30/12/19, p. 6).

IEMANJÁ:FESTA FICA RESTRITA AO MERCADÃO DE MADUREIRA

Pela primeira vez a tradicional festa em homenagem a Iemanjá realizada há 17 anos pelo Mercadão de Madureira não teve cortejo até a praia de Copacabana. Ontem o evento aconteceu. De acordo com os

organizadores, só as oferendas para o orixá foram levadas até a praia, sem carreata, em uma versão mais simples da festa. (“Iemanjá: festa fica restrita ao Mercado de Madureira”, *Extra, Cidade*, 29/12/19, p. 5).

Nos fragmentos, projeta-se um narrador em 3ª pessoa, procedimento denominado *debreagem enunciativa*, como vimos, sendo um meio de simular um discurso objetivo. Com isso, obtém-se o efeito de sentido de assertividade, porque, mesmo sendo apenas um relato, sob o ponto de vista do jornalista, parece que os fatos se desenrolam diante do leitor, narratário do enunciado. Constrói-se, então, um *étos* de um enunciador comprometido com os fatos, com a verdade, sem explicitar sua presença no enunciado. Ao passo que o jornal é delineado como um sujeito semiótico verdadeiro e confiável, é construída também a imagem de um enunciatário que espera transparência e verdade.

Entretanto, mesmo em meio ao mecanismo de isenção citado, ainda assim marcas enunciativas podem ser observadas nos enunciados. No primeiro exemplo, o uso do verbo “amargar” aponta para uma valoração negativa da arrecadação de impostos – o que deflagra a subjetividade, a presença de um sujeito enunciador. No segundo, por sua vez, o termo “ainda” revela o posicionamento do enunciador, que interpreta a ação como “lenta” e deixa pressuposto que pacientes encontravam problemas antes em hospitais do município.

Além disso, os títulos, como construções subjetivas nos dois primeiros exemplos, apontam para um “eu” pressuposto. A escolha lexical “o tombo” e “a saúde municipal”, figurativizada por “um paciente em lenta recuperação”, revelam a visão do enunciador sobre os acontecimentos narrados. Com o uso do substantivo “tombo”, intensifica-se (quase hiperbolicamente) a queda de impostos, como um cair repentino e danoso. E a construção “paciente em lenta recuperação” denota a imagem de uma saúde doente, cuja recuperação se dá vagarosamente - ambos os títulos revelam um olhar avaliativo do sujeito da enunciação sobre os fatos.

A projeção da 3ª pessoa, portanto, é apenas um mecanismo linguístico capaz de construir um simulacro de impessoalidade, que logo é desconstruído por outros procedimentos de projeção da enunciação. Nas notícias selecionadas, o mecanismo de *debreagem enunciativa* de primeiro grau não foi encontrado – exceto nas de segundo grau, que serão vistas na seção *Debreagens internas (discurso direto)*.

5.2 – Embreagem

Revelou-se bem escasso o fenômeno da embreagem na enunciação. Apenas dois casos foram vistos, os quais serão expostos abaixo - isso não quer dizer que não haja mais ocorrências; todavia, no *corpus* acharam-se, apenas, os exemplos que se seguem:

APÓS LIMINAR, COLETA DE LIXO É RETOMADA NA ZONA OESTE DO RIO

O serviço de coleta de lixo na Zona Oeste do Rio de Janeiro voltou ao normal, após a Justiça determinar, anteontem, que a empresa Colares Linhares colocasse fim a uma paralisação que teve início no último domingo. Na garagem da companhia que presta serviço à Comlurb, na Estrada Roberto Burle Marx, em Guaratiba, **o Extra** confirmou ontem que toda a frota de caminhões foi para rua na manhã de Natal (“Após liminar, coleta de lixo é retomada na Zona Oeste do Rio”, *Extra, Cidade*, “, 30/12/19, p. 6).

EM BUSCA DA QUEDA D'ÁGUA PERFEITA

Com a temperatura acima dos 30 graus e o sol escaldante, não tem cerca nem aviso de interdição capazes de evitar que cariocas e até turistas passem pela Estrada Dona Castorina para chegar às cachoeiras do Horto. A via está interditada desde setembro devido a um deslizamento provocado por um temporal. O Parque Nacional da Tijuca informou que o trecho está interditado para a circulação de veículos, pedestres e ciclistas por questões de segurança. No entanto, pedestres conseguem passar sem qualquer impedimento por ambas as guaritas que ficam na estrada que levam às cachoeiras. **A reportagem do Extra** realizou o trajeto que leva até a última cachoeira do Horto sem qualquer fiscalização e impedimento (“Em busca da queda d'água perfeita”, *Extra, Cidade*, 28/12/19, p. 4).

Nos fragmentos acima, primeiramente ocorre a debreagem enunciativa (fenômeno já apontado em análise anterior): fala-se sobre, no primeiro texto, o serviço de coleta do lixo; e, no segundo, sobre a interdição da via “Estrada Dona Castorina”, que dá acesso às cachoeiras do Horto. Nos grifos, observa-se o uso da terceira pessoa do singular “o Extra” e “a reportagem do Extra” no lugar da primeira do plural, “nossa equipe jornalística”, por exemplo – o que configura o procedimento enunciativo denominado *embreagem*. Ora, tal estratégia, além de criar o efeito de sentido de objetividade – já que a não pessoa é instituída, produz também no enunciatário confiança e segurança. Ressalta-se, assim, que ao empregar o nome “Extra”, ao invés da primeira pessoa, constrói-se a imagem de um jornal que atesta os fatos apresentados.

Todavia, a simulação isentiva é desconstruída, por exemplo, logo no título do segundo texto. Trata-se de uma construção metafórica e, claramente, subjetiva. “Em busca da queda d'água perfeita”, sugere, conforme a notícia, a busca por uma trilha segura e firme, isto é, que não apresente perigos para os banhistas (Para a leitura do texto na íntegra, consulte o anexo deste trabalho).

5.3 – Debreagens internas: o discurso direto

As chamadas debreagens de segundo grau revelaram-se muito produtivas. Nelas, criam-se simulacros de diálogos e efeito de sentido de realidade – como vastamente exposto na parte teórica. Observem-se, agora, os exemplos:

FILA DA AGONIA ATRÁS DE UMA VAGA NO ENSINO FUNDAMENTAL

Estava marcada para ontem a matrícula de alunos da Escola Municipal Professora Scintila Excel, no bairro Belmonte (...). A confeitadeira Louise Nagari de 24 anos, chegou às 7h ao local, mas não garantiu a vaga no primeiro ano do ensino fundamental (...). Desde o dia 25, pais e responsáveis dormiram na fila para conseguir matricular seus filhos. Como informou ontem o “Bom dia Rio”, da TV Globo.

- Quando cheguei ainda havia umas 15 pessoas na minha frente até que um funcionário veio me perguntar quem iria fazer matrícula. Quando respondi, ele disse para voltar na parte da tarde e entrar na fila de espera, porque as vagas já estavam completas – contou Louise.

[...]

A agente comunitária de saúde Edinir dos Santos, de 38 anos, também não conseguiu matricular a filha(...). O nome da menina entrou numa lista de espera, mas a mãe já pensa num plano B:

- Soube que tinha gente na fila com cadeira desde ontem, mas decidi vir hoje tentar sorte. Minha primeira opção é ela estudar aqui. Se não conseguir, vou fazer uma matrícula numa escola estadual no Centro, perto da casa da minha mãe.

(“Fila da agonia atrás de uma vaga no ensino fundamental”,
Extra, Cidade, 28/12/19, p. 5)

APÓS LIMINAR, COLETA DE LIXO É RETOMADA NA ZONA OESTE

O serviço de coleta de lixo na Zona Oeste do Rio de Janeiro voltou ao normal, após a Justiça determinar, anteontem, que a empresa Colares Linhares colocasse fim a uma paralisação que teve início no último domingo (...). Segundo o comerciante Joel Bispo da Cunha, que mora na rua Itapecuru Mirim, em Guaratiba, os Garis já estiveram no local já no fim da tarde de quinta-feira.

- Os garis passaram na rua terça-feira, quinta-feira e sábado. Então, ontem mesmo (terça) eles recolheram o lixo que nós deixamos aqui – contou.

(...)

Moradora da mesma rua há sete anos, a costureira Bernadete Moreira (...) elogia as funcionários que atuam na região:

-Nunca tivemos problemas com a questão do lixo aqui. Os garis são muito atenciosos. Todo mundo por aqui já os conhece. Na minha opinião, ganham até pouco por tudo que fazem. Espero que a empresa dos caminhões resolva esse problema com a prefeitura para que ninguém saia prejudicado.” (“Após liminar, coleta de lixo é retomada na Zona Oeste do Rio”, *Extra, Cidade*, 26/12/19, p. 6)

SAÚDE MUNICIPAL, UM PACIENTE EM LENTA RECUPERAÇÃO

No primeiro fim de semana, após o pagamento da prefeitura do Rio da segunda parcela do 13º salário a servidores da Saúde, pacientes ainda encontram problemas em unidades municipais, principalmente a longa espera por atendimento (...) Maria Sandra da Silva veio de São Paulo na esperança de ver a mãe, de 91 anos. Chegou ao Pedro II por volta das 14:30. A visita era às 15h, mas às 18h ainda não tinha conseguido vê-la. Outra filha dela, Tânia Lopes, reclamou do atendimento:

- Minha mãe está pelada, só com fralda. Trouxe uma bolsa de roupas para ela, mas até agora não me deixaram entrar (“Saúde Municipal, um paciente em lenta recuperação”, *Extra, Cidade*, 30/12/19, p. 6).

Como pode ser observado, o uso do discurso direto, produto de uma debreagem interna, mostra-se regular nalguns contextos. Nos exemplos, o narrador delega voz aos actantes, inscritos no enunciado, figurativizados por “confeiteira Louise Nagari” e “agente comunitária de saúde Edinir dos Santos”, no primeiro texto; por “comerciante Joel Bispo da Cunha” e “costureira Bernadete Moreira”, no segundo texto; e por “Tânia Lopes”, no terceiro. Esses, como interlocutores, falam por si mesmos e narram fatos em primeira pessoa, ou seja, as vozes são projetadas por debreagem enunciativa – o que cria o efeito de realidade pela simulação de “transcrição fidedigna” da enunciação de outrem.

As vozes, num processo de debreagem interna (nesse caso, enunciativa) permeiam as notícias, criando o efeito de sentido de presença e de diálogo real. O enunciador, por meio do narrador, revela-se objetivo, sério, uma vez que faz crer que nada inventa, os testemunhos advêm da vivência dos informantes. Sabe-se, porém, que o espaço dado ao actante do enunciado para falar com sua “própria voz” revela o querer do enunciador, o qual elege a voz que lhe convém. No caso estudado, escolhe a fala de

peças comuns, projetando, assim, um público-alvo “comum”, popular - o que consiste numa estratégia para a boa aceitação e recepção discursiva.

Os interlocutores, como dito acima, foram figurativizados por pessoas comuns, trabalhadoras. Tal recorrência figurativa, que concretiza temáticas associadas ao serviço público, delinea a imagem de um enunciador interessado pela situação da população - o que importa é ouvir os que estão à margem. O jornal se faz solidário com a parte mais “fraca” da tensão ao adotar a sua perspectiva, simulando um interesse na defesa das classes subalternas.

Quanto às marcas enunciativas, os verbos “elogiar” e “reclamar”, por exemplo, introdutores das falas dos interlocutores no segundo e no terceiro texto, emitem uma avaliação. Ora, o uso de tais verbos induz o leitor a olhar o dizer do interlocutor consoante ao que foi interpretado pelo enunciador. Falar que um informante “elogiou” ou “reclamou” é fruto de uma avaliação subjetiva do conteúdo veiculado no discurso direto – o que aponta para a utopia da neutralidade.

Outro mecanismo que deflagra o posicionamento do jornal é a escolha lexical dos títulos. Por exemplo, “fila da agonia” está imbuído de subjetividade, revela a interpretação do enunciador frente ao fato noticioso. Não se trata de simplesmente uma “fila”, isto é, um termo que carregaria uma significação mais “neutra”, mas, sim, de uma fila que recebe uma caracterização/ descrição subjetiva de sofrimento, de aflição – ora, tal escolha apela, também, para os sentimentos do leitor, o que é muito comum em jornais considerados mais populares.

5.4 – Locutores: o discurso indireto

O discurso indireto também se mostrou bem fecundo. Procuraram-se, então, certas regularidades no contexto em que passaram a integrar. Vejam-se algumas ocorrências:

FILA DA AGONIA ATRÁS DE UMA VAGA NO ENSINO FUNDAMENTAL

A Prefeitura Municipal de Queimados informou que divulgou previamente o calendário de matrículas escolares em seus portais oficiais e que os responsáveis poderiam fazer o cadastro tanto no dia 27 de dezembro quanto em 7 de janeiro, não havendo portanto necessidade de formação de filas.

[...]

Sobre o número de vagas disponíveis para o 1º ano do ensino fundamental na Escola Municipal Professora Scintilla Exel, a prefeitura declarou que a maioria foi ocupada por alunos do pré-escolar que passaram para esta série. Sobre o 6º ano, acrescentou que as instâncias estadual e municipal compartilham da obrigação de oferecer vagas para o segundo segmento (6º ao 9º ano) (“Fila da agonia atrás de uma vaga no ensino fundamental.”, *Extra, Cidade*, 28/12/19, p. 5).

EM BUSCA DA QUEDA D'ÁGUA PERFEITA

O Parque Nacional da Tijuca informou que o trecho estava interditado para a circulação de veículos, pedestres e ciclistas por questões de segurança. No entanto, pedestres conseguem passar, sem qualquer impedimento, por ambas as guaritas que ficam na estrada. (“Em busca da queda d'água perfeita”, *Extra, Cidade*, 28/12/19, p. 5).

ALÍVIO DE R\$ 4 SÓ NO CATAMARÃ DE CHARITAS

Depois de anunciar que o desconto de R\$ 4 na integração entre ônibus municipal e barcas começaria hoje, a prefeitura de Niterói informou que a medida começará apenas em fases de testes com o catamarã de Charitas, linha seletiva em que não há desconto no Bilhete Único e que tem menor fluxo de passageiros. (“Alívio de R\$ 4 só no Catamarã de Charitas”, *Extra, Cidade*, 27/12/19, p. 4).

Observam-se os actantes do enunciado figurativizados, nos textos, por “Parque Nacional da Tijuca”, “Prefeitura Municipal de Queimados”, “a prefeitura de Niterói” e “a prefeitura”. O jornal, para tais figuras, elege, nos exemplos, o discurso indireto, ou seja, a voz dos locutores fica integrada à enunciação do narrador, apagando, assim, marcas enunciativas relativas ao dizer do interlocutor.

Com tal recurso, promove-se a despersonalização, e o que se tem é o efeito objetividade – o modo como foi falado pouco importa, o que se resgata é o conteúdo. A objetividade é também intensificada pela própria figura do locutor, que não é um indivíduo (subjeto), mas sim uma instituição, cuja individualidade/ subjetividade não pode ser apontada. Vê-se, então, pelo uso do discurso indireto e pela figurativização a intensificação de um discurso mais “objetivo”, sem espaço para identificações e emoções.

Sendo assim, o interlocutor, aquele cuja voz é nitidamente ouvida/ sentida, é, recorrentemente, a “população”, apontada em sua individualidade, como visto na análise sobre o discurso direto. Cria-se a imagem de um jornal solidário com as

questões do povo, pois concede espaço para expressão de descontentamentos. E, com tais estratégias, o enunciatório se identifica.

Além disso, ao usar o discurso indireto, o jornal responsabiliza o outro pelo conteúdo veiculado. Contudo, o narrador, projeção do enunciador, o jornal, é o responsável pela reformulação do dito. O verbo “ressaltar”, no quarto trecho, por exemplo, escapa um pouco a tão desejada objetividade discursiva. Os economistas não “dizem”, não “falam” (verbos considerados menos marcados, criando efeito de neutralidade), mas “ressaltam”. Nesse sentido, o narrador chama a atenção para a importância e saliência do fato que, segundo ele, é posto em evidência pelos locutores. Mas é o enunciador quem escolhe a matéria linguística que construirá seu discurso e opta por deixar evidente o que coaduna com o seu projeto de dizer.

O uso do “só”, em “Alívio de R\$ 4 só no Catamarã de Charitas”, deixa transparecer a avaliação do sujeito enunciador, para quem, pela escolha do advérbio, o serviço da prefeitura de Niterói seria insuficiente. De acordo com o enunciado, a prefeitura anuncia primeiro desconto na integração e depois restringe a linha que será contemplada, em princípio, em fase de testes - o que ratifica o trabalho como insatisfatório, incompleto.

Quando, porém, os locutores são figurativizados por pessoas em sua individualidade, geralmente o discurso indireto (e variantes) serve como uma forma de reiterar (ou introduzir) algum conteúdo veiculado em discurso direto. Vejam-se alguns exemplos:

ESTADO E PREFEITURA NÃO RENOVAM CONTRATO PARA O RIO+SEGURO

Gutemberg Fonseca, secretário municipal de ordem pública, afirmou que, apesar disso, o programa será expandido para outros bairros da cidade: “O programa vai aumentar” (“Estado e prefeitura não renovam contrato para o Rio+Seguro”, *Extra, Cidade*, 25/12/19, p. 5).

APÓS LIMINAR, COLETA DE LIXO É RETOMADA NA ZONA OESTE DO RIO

O serviço da coleta de lixo na Zona Oeste do Rio de Janeiro voltou ao normal [...] Na garagem da companhia que presta serviço à Comlurb, na Estrada Roberto Burle Marx, o Extra confirmou ontem que toda frota de caminhões foi para ruas na manhã de Natal. (...) **Segundo o comerciante Joel Bispo da Cunha, que mora na rua Itapecuru**

Mirim, em Guaratiba, os Garis já estiveram no local já no fim da tarde de quinta-feira.

- Os garis passaram na rua terça-feira, quinta-feira e sábado. Então, ontem mesmo (terça) eles recolheram o lixo que nós deixamos aqui – contou.” (“Após liminar, coleta de lixo é retomada na Zona Oeste do Rio”, *Extra, Cidade*, 26/12/19, p. 6).

UM TOMBO NA ARRECADAÇÃO

O Rio amarga este ano, em valores absolutos, a maior queda na arrecadação de impostos entre as 12 cidades mais populosas do país em comparação com 2018. Até a última quinta-feira, entraram nos cofres do município R\$ 25,96 bilhões. **Para Cláudio Frischtak, presidente da consultoria Inter B, a gestão Marcelo Crivella falhou em relação às receitas, ao manejo das despesas e à operação do dia a dia da cidade:**

- O que vemos é um crescimento da cidade ilegal, com construções irregulares e aumento do número de camelôs, o que destrói o comércio que paga os impostos ao município. E tudo com a leniência da prefeitura (“Um tombo na arrecadação”, *Extra, Cidade*, 30/12/19, p. 6).

SAÚDE MUNICIPAL, UM PACIENTE EM LENTA RECUPERAÇÃO

No primeiro fim de semana, após o pagamento da prefeitura do Rio da segunda parcela do 13º salário a servidores da Saúde, pacientes ainda encontram problemas em unidades municipais, principalmente a longa espera por atendimento. Alguns relatos, porém, já era de melhora para a situação. (...) **Camila Cristina Gomes, de 30 anos, admite que esperava encontrar situação pior ao levar o filho Everthon, de 10, diagnosticado com apendicite.**

- Chegamos aqui ontem de manhã e, em 20 minutos, encaminharam meu filho para o exame de sangue e a tomografia. A operação foi hoje pela manhã. Eu estava morrendo de medo de vir para cá com ele, mas deram bastante atenção. Tem refeições para ele, para mim, como acompanhante, ar-condicionado...(...) (“Saúde Municipal, um paciente em lenta recuperação”, *Extra, Cidade*, 30/12/19, p. 6)

Nos exemplos expostos, pode-se perceber a debreagem enunciativa. No primeiro nível, instala-se a 3ª pessoa do singular. Dessa forma, como visto em casos anteriores, simula-se a ausência das marcas da enunciação, que transfere ao narrador em terceira pessoa a responsabilidade do dizer. Este, por sua vez, integra ao seu dizer a fala de um actante do enunciado, o chamado locutor, que, por um processo de debreagem interna, transforma-se em interlocutor.

Essa hierarquia de concessão de vozes não é gratuita. Primeiro, cria-se o simulacro de distanciamento, isenção dos fatos narrados - o “eu” não se evidencia na superfície textual. Logo, o discurso parece objetivado. Depois, a inserção da fala de um

actante em discurso indireto atesta/ reitera um conteúdo que será veiculado em discurso direto, isto é, pelo interlocutor. É como se o narrador responsabilizasse o outro pelo conteúdo do dito e, logo após, comprovasse pelo discurso direto não só o conteúdo, mas também atestasse a forma como foi dita - o efeito de sentido que se tem é de verdade absoluta, de asseguuração dos fatos tais quais ocorreram, nada foi inventado ou modificado. Ora, tais estratégias levam o enunciatário a assumir o discurso como verdadeiro, a crer na veracidade do que é transmitido.

O jogo de vozes, por meio das debreagens, pode até criar uma ilusão de objetividade, isenção dos acontecimentos e verdade absoluta; todavia, o enunciador está por trás de toda trama. Logo, há um projeto de dizer bem definido: ora recuperado por alguma marca enunciativa, ora por modos de organizar e selecionar o conteúdo.

No primeiro exemplo, a decisão pelo verbo “afirmar” não é arbitrária. Aponta para o fato de o locutor asseverar e se comprometer com a verdade do relatado. Logo, o enunciador, por meio dessa escolha, intensifica o nível de responsabilização do outro sobre o dito – é como se dissesse: “ele assegurou, se não cumprir, poderá ser cobrado”. A responsabilização é, então, reiterada pelo distanciamento da voz do narrador do jornal da voz do actante do enunciado, procedimento possível no discurso direto. O enunciador, presente no discurso como aquele que nada inventa, mostra o que o secretário falou com a própria voz e, por isso, tem o dever de cumprir o prometido: “o aumento do programa”.

No segundo exemplo, por sua vez, o advérbio “já”, no discurso direto, usado duas vezes, aponta para a avaliação do enunciador, que interpreta a ação dos garis como ágil e eficiente. Muito embora o enunciador responsabilize o comerciante Joel Bispo pela informação veiculada pela variante do discurso indireto “segundo o comerciante”, é o próprio enunciador o responsável pelas escolhas lexicais organizadoras de seu dizer.

No terceiro exemplo, por meio da variante do discurso indireto “Para Cláudio Frischtak, presidente da consultoria Inter B”, o narrador integra a fala do respectivo locutor ao seu dizer e, depois, a confirma pela enunciação reportada do interlocutor, isto é, do próprio presidente. O actante, figurativizado por um ser importante na área de Economia, sinaliza a busca do enunciador por adesão ao seu discurso, de forma segura e sem resistência, por parte de seu enunciatário, já que se trata de uma autoridade no assunto.

No quarto exemplo, o narrador, pelo mecanismo do discurso indireto, insere uma informação que julga digna de realce, sobre o actante do enunciado “Camila Cristina Gomes”. Melhor explicando, o conteúdo que se busca relatar/ dar mais ênfase é repetido no dizer do narrador do jornal: Camila Cristina Gomes “admite que esperava encontrar a situação pior”. Informação essa que dialoga com o conteúdo encontrado no discurso direto, isto é, na fala da própria interlocutora: “Eu estava morrendo de medo de vir para cá com ele.”

Todavia, de todos os dados positivos, como “deram bastante atenção”, “Tem refeições para ele, para mim, como acompanhante, ar-condicionado”, o enunciador preferiu dar realce a “eu estava morrendo de medo de vir para cá com ele”, transformando possivelmente em “admite que esperava encontrar a situação pior”. Ora, essa escolha não é casual: além de apontar para o lado negativo com o qual tem se apresentado recorrentemente o Pedro II a ponto de surpreender pacientes e familiares, indica o que é posto em evidência pelo jornal. Portanto, o enunciador enfatiza o que lhe convém e usa termos de caráter subjetivo/ avaliativo, direcionando o olhar do leitor para um caminho de interpretação.

5.5 – Variante analítica da expressão

Dentro do recorte feito para este trabalho, quase não se achou a variante analítica da expressão. Acredita-se que seja pelo fato de as notícias não apresentarem necessidade de formar imagem dos responsáveis pelos discursos reportados. Pois bem, abaixo serão expostos dois casos de delimitação, por meio do recurso às aspas, da fala de outrem.

O primeiro caso é o da notícia já aludida em exemplos anteriores, *Em busca da queda d’água perfeita*, na qual é relatada a interdição da via Estrada Dona Castorina (que dá acesso às cachoeiras do Horto) por conta de um deslizamento provocado por um temporal. Mesmo assim, conforme o *Extra*, cariocas e turistas passam pela estrada. Veja-se parte da notícia:

O Parque Nacional da Tijuca **informou** que o trecho está interdito para a circulação de veículos, pedestres e ciclistas por questões de segurança. No entanto, pedestres conseguem passar sem qualquer impedimento por ambas as guaritas que ficam na estrada que levam às cachoeiras. A reportagem do *Extra* realizou o trajeto que leva até a

última cachoeira do Horto sem qualquer fiscalização e impedimento. Na cachoeira do Chuveiro um grupo se refrescava e ouvia música com uma caixa de som. Um dos banhistas, Bruno César, carregou a caixa até a cachoeira.

A gente passou na guarita e não falaram nada – disse.

André Sousa também se refrescava no local e para ele a interdição “passa batido”.

(“Em busca da queda d’água perfeita”, *Extra, Cidade*, 28/12/19, p. 4).

Observa-se, primariamente, o discurso do narrador ao qual está integrado o dizer do locutor “Parque Nacional da Tijuca”. O efeito de sentido que se obtém é de objetividade pela despersonalização possível ao discurso indireto e pela escolha do verbo “informar”.

No enunciado, o narrador insere a seguinte (e importante) informação: “A reportagem do Extra realizou o trajeto que leva até a última cachoeira do Horto sem qualquer fiscalização ou impedimento”. A relevância dessa afirmação é porque o enunciador se coloca como alguém comprometido com a verdade, o que as vozes (inseridas em discurso direto) confirmam no decorrer do discurso, conferindo efeito de sentido de realidade dos fatos.

No discurso direto (sobre o qual já se falou e ao qual se faz menção aqui para melhor compreensão do uso da variante analítica da expressão, que será apresentada no próximo parágrafo) o narrador mantém distanciada a sua fala da do interlocutor para preservar a integridade do dito. Ora, o efeito que se tem é de veracidade do relato. Segundo o enunciado, o *Extra* passou sem problema algum pelos vigias, o banhista Bruno César também (“A gente passou na guarita e não falaram nada – disse”) – o que ratifica/ reitera a informação.

Na variante analítica da expressão, a delimitação do dizer do outro, pelo recurso das aspas em “passa batido”, caracteriza o actante como pessoa comum, isto é, cuja fala manifesta informalidade. A escolha por aspear a expressão reafirma a informação, uma vez que esse modo de expressão é de alguém do povo, que sai para se banhar num dia de sol. E o conteúdo “passar batido” confirma a falta de monitoramento – informação vastamente ratificada no decorrer da notícia - o que coaduna com o julgamento emitido pelo narrador: o descaso na fiscalização.

Outro caso de discurso indireto analisador da expressão, agora com a presença da voz de um actante do enunciado, figurativizado por uma figura política, encontrou-se

na notícia “Virada terá onze palcos” que versa, em princípio, sobre as festas de virada e os lugares onde serão realizadas. Veja-se o recurso às aspas:

Ontem, o governador Wilson Witzel **anunciou** que a festa de Copa vai receber esta semana seu primeiro patrocínio. Serão R\$ 5,5 milhões de duas empresas por meio da Lei Estadual de incentivo à Cultura. Segundo Witzel, o estado fez uma contribuição “**decisiva**” para festa. A SRCOM, que foi contratada pela prefeitura para organizar o evento ainda busca um aporte de R\$ 1,5 milhão pela lei federal (“Virada terá onze palcos”, *Extra, Cidade*, 27/12/19, p. 3; o grifo é nosso)

Dentre as possibilidades verbais usadas para encabeçar o discurso indireto, o enunciador se vale do verbo “anunciou”, o que pode ser explicado pelo fato de o conteúdo do relato ser algo ligado ao futuro (“a festa de Copacabana vai receber esta semana seu primeiro patrocínio. Serão R\$ 5,5 milhões). Anunciar é o mesmo que “divulgar”, “noticiar”, “dar publicidade de”. Logo em seguida, o narrador, integrada à sua enunciação, expõe o dizer do locutor Witzel: “Segundo Witzel, o estado fez uma contribuição ‘decisiva’ para a festa.” A variante do discurso indireto indica de forma “sorradeira” a quem pertence o conteúdo do dizer. Já com as aspas é possível sublinhar que a palavra “decisiva” pertence ao discurso citado, isto é, não é de responsabilidade do jornal.

O termo aspeado, por sua vez, significa “crucial”, “resolutivo”. Contudo, o decorrer da notícia denuncia que a SRCOM, empresa contratada pela prefeitura para organização do evento, “ainda busca um aporte de RS 1,5 milhão pela lei federal”. Pelo contexto, portanto, as aspas evidenciam o julgamento de valor do narrador, que revela a contradição do político: como ele pode falar que a contribuição foi decisiva/ resolutiva, se ainda a empresa espera subsídio financeiro?

O uso das aspas, portanto, contribui para formar a imagem de uma figura política contraditória, ou melhor, mentirosa. As palavras não estão em consonância com a realidade apresentada pelo discurso citante. E, por meio desse recurso, manifesta-se a presença do enunciador no texto.

CONCLUSÃO

Nas análises, o mecanismo da debreagem enunciativa de primeiro grau apresentou-se muito produtivo – o que permitiu o simulacro de discursivo objetivado, a construção de um sujeito semiótico que produz a ilusão de estar comprometido com os fatos. Todavia, mesmo em meio ao efeito de objetividade, encontraram-se marcas subjetivas identificáveis pelas expressões avaliativas, construções metafóricas, escolhas dos verbos, introdutores das falas dos interlocutores, entre outros recursos. Já a debreagem enunciativa, no recorte analisado, não foi encontrada – exceto a de segundo grau.

Em relação ao mecanismo embreagem, não houve quase ocorrência. Nas vezes em que apareceu, pôde-se perceber que o uso da terceira pessoa (“o Extra”, por exemplo) em lugar da primeira do plural (a nossa equipe) ajudou a ressaltar o nome *Extra* como um jornal comprometido com os fatos apresentados – já que ele mesmo, conforme as notícias, colocou-se como testemunha ocular das situações narradas.

Quanto aos tipos de discurso, estão presentes no jornal o direto (resultado de uma debreagem de segundo grau), o indireto (e variantes) e também a variante analítica da expressão - avaliada individualmente. Os mais usuais foram os dois primeiros. A variante analisadora da expressão, por sua vez, apresentou-se muito escassa.

Foi também possível observar os contextos em que, em certa medida, os tipos de discurso (descritos acima) passaram a integrar. O direto foi escolhido, de forma mais recorrente, para actantes figurativizados por “pessoas do povo”. Com isso, o *Extra* apresentou um éthos de solidário, de amigo da população. Por sua vez, tal incidência coadunou para a configuração de um *phátos* enunciatário comum, que se vê representado pelas vozes dos interlocutores.

A análise do uso do discurso indireto (e variantes) compatibilizou com a conclusão anteriormente exposta, isto é, a do discurso direto, pois enquanto este é destinado a, preferivelmente, interlocutores “comuns”; aqueles, aos locutores figurativizados por “instituições”, ou seja, personagens não representativas das grandes massas.

Não se conseguiu, porém, notar a regularidade dos contextos em que a variante analisadora da expressão foi usada – já que a sua ocorrência não se mostrou fecunda. Contudo, tais como os demais discursos, ela foi selecionada, pelo jornal, a partir de um projeto de dizer bem definido – como visto nos dois casos apresentados na análise.

Dentro deste sintético trabalho, foi possível, de modo geral, constatar que no dizer jornalístico, a despeito de ferramentas linguísticas simuladoras de isenção e objetividade (como o espaço para diferentes vozes, o recurso a terceira pessoa do singular), ainda assim foram vistas marcas enunciativas. O enunciador deixou resvalar, em seu dizer, pistas de sua intencionalidade por meio da repetição e saliência de conteúdos (como nos casos em que os discursos indiretos reiteraram informações do discurso direto), por meio das escolhas de expressões subjetivas (quer no corpo textual, quer nos títulos das notícias). Todos esses mecanismos, portanto, revelaram as direções a favor das quais o enunciador argumenta, “sem claramente” argumentar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Plínio. “‘Indignação e revolta’, diz Damares sobre homem morto por surra no RS”, *R7, Planalto*. 20 nov. 2020. Disponível em: <https://noticias.r7.com/prisma/r7-planalto/indignacao-e-revolta-diz-damares-sobre-homem-morto-por-surra-no-rs-20112020>. Acesso em: 22 nov. 2020.

BAKHTIN, M. *Marxismo e Filosofia da linguagem*. 16. ed. Tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec Editora, 2014.

BARROS, Diana Luz Pessoa de; FIORIN, José Luiz. *Dialogismo, polifonia, intertextualidade: em torno de Bakhtin*. EdUSP, 1994.

BARROS, Diana Luz Pessoa. *Teoria semiótica do texto*. São Paulo: Ática, 2005.

BERTHAND, Denis. *Caminhos da semiótica literária*. São Paulo: EDUSC, 2003.

DISCINI, Norma. *Comunicação nos textos*. São Paulo: Contexto, 2005.

EUA anunciam ajuda milionária para o Brasil durante pandemia de Covid-19. *Diário*. 21 mai. 2020. *Mundo*. Disponível em: <https://www.diariox.com.br/mundo/eua-anunciam-ajuda-milionaria-para-o-brasil-durante-pandemia-de/21158/>. Acesso em: 11 jun. 2020.

FARIA, Karla Cristina de Araújo A. *Clique na notícia: análise semiótica de jornais online*. Tese (Doutorado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, 2014.

FIORIN, José Luiz. *Argumentação*. São Paulo: Contexto, 2016.

FIORIN, José Luiz. *As astúcias da enunciação: as projeções de pessoa, tempo e espaço no discurso*. São Paulo: Contexto, 2016.

FIORIN, José Luiz. *Elementos de análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2018.

FIORIN, José Luiz. *Introdução ao pensamento de Bakhtin*. São Paulo: Ática, 2006.

GADO, Rafael. Natal em família. *Extra*. 25 dez. 2019. *Cidade*. Disponível em: [file:///C:/Users/Isaac/Downloads/\[UP!\]%20Extra%20RJ%20\(25.12.19\)%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/Isaac/Downloads/[UP!]%20Extra%20RJ%20(25.12.19)%20(2).pdf)

GOMES, Regina S.; MANCINI, Renata. Textos midiáticos: uma introdução à semiótica discursiva. *Atas do IX FELIN*. Rio de Janeiro: UERJ, 2007.

GOMES, Regina Souza. *Relações entre linguagens no jornal: fotografia e narrativa verbal*. Niterói: EdUFF, 2008.

KALIMANN, Rafaella. Instagram, 02 nov. 2020. Disponível em: https://www.instagram.com/p/CHJGpa5JKEB/?utm_source=ig_embed. Acesso em: 29 de nov. 2020.

LARA, Gláucia Muniz Proença; MATTE, Ana Cristina Fricke. *Ensaio de semiótica: aprendendo com o texto*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

MAINGUENEAU, Dominique. *Análise de textos de comunicação*. Tradução de Cecília P de Souza-e-Silva e Décio Rocha. 3ª. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

MENINO pula muro atrás de pipa e morre atacado por seis cães”, *Extra*. 26 dez. 2019. *O País*. Disponível em: [file:///C:/Users/Isaac/Downloads/\[UP!\]%20Extra%20RJ%20\(26.12.19\)%20\(4\).pdf](file:///C:/Users/Isaac/Downloads/[UP!]%20Extra%20RJ%20(26.12.19)%20(4).pdf)

PORCIDÔNIO, Gilberto; CAPPELI, Paulo; SOARES, Rafael. Ataque ao humor. 26 dez. 2019. *Polícia*. Disponível em: [file:///C:/Users/Isaac/Downloads/\[UP!\]%20Extra%20RJ%20\(26.12.19\)%20\(4\).pdf](file:///C:/Users/Isaac/Downloads/[UP!]%20Extra%20RJ%20(26.12.19)%20(4).pdf)

SANCHES, Valdir. “Ele não era de falar besteira”, diz mãe de Jair Bolsonaro. *Revista Crescer*. 31 jul. 2018. Disponível em: <https://revistacrescer.globo.com/Voce-precisa-saber/noticia/2015/03/ele-era-digno-nao-era-de-falar-besteira-diz-mae-de-jair-bolsonaro.html>. Acesso em: 02 dez. 2020.

SILVA FILHO, Antônio da Rocha. *Jornalismo popular na era da comunicação digital: um estudo dos jornais Extra e Agora São Paulo*. 2018. [170 f.]. Dissertação (Programa de Mestrado Profissional, Produção Jornalística e Mercado) - Escola Superior de Propaganda e Marketing, [São Paulo]

“TALVEZ pegue uma cana aqui no Brasil”, afirma Bolsonaro sobre Glenn Greenwald. *O Globo*. 27 jul. 2019. Brasil. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/talvez-pegue-uma-cana-aqui-no-brasil-afirma-bolsonaro-sobre-glenn-greenwald-23837301>. Acesso em: 11 jan. 2020.

WITZEL diz que mobilidade urbana será prioridade no seu segundo ano de governo. *O Globo*. 3 jan. 2020. Rio. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/witzel-diz-que->

mobilidade-urbana-sera-prioridade-no-seu-segundo-ano-de-governo-24170082. Acesso em: 13 de jan. 2020.

ANEXO

25/12/2019

Frota que recolhe lixo na Zona Oeste do Rio cai à metade

A frota de caminhões que recolhem lixo na Zona Oeste caiu à metade ontem. Na segunda, a Colares, empresa que fornece veículos e motoristas para a Comlurb, paralisou parte de serviços. A firma serve, com quarenta caminhões, bairros da região. No entanto, apenas 20 saíram ontem. A dívida do Rio com a empresa chega a R\$ 20 milhões. Ao “Bom Dia, Rio”, funcionários de um condomínio em Campo Grande afirmaram que só metade do lixo foi recolhida.

Estado e prefeitura não renovam contrato para o Rio+Seguro

O convênio anual de R\$1, 8 milhão entre o governo do estado e prefeitura para o Rio+Seguro não será renovado. A notícia foi dada ontem pelo site “G1”. O contrato do programa – que aumentava o patrulhamento em Copacabana, Leme e Fundão – chega ao fim no dia 31. Gutemberg Fonseca, secretário municipal de ordem pública, afirmou **que**, apesar disso, o programa será expandido para outros bairros da cidade: “O programa vai aumentar”.

26/12/19

Após liminar, coleta de lixo é retomada na Zona Oeste do Rio

O serviço de coleta de lixo na Zona Oeste do Rio de Janeiro voltou ao normal, após a Justiça determinar, anteontem, que a empresa Colares Linhares colocasse fim a uma paralisação que teve início no último domingo. Na garagem da companhia que presta serviço à Comlurb, na Estrada Roberto Burle Marx, em Guaratiba, o Extra confirmou ontem que toda a frota de caminhões foi para rua na manhã de Natal.

Segundo funcionários, ontem à tarde, após a liminar, todos os motoristas que participavam da paralisação voltaram a seus postos de trabalho. A informação também foi confirmada por moradores. Locais como a Estrada do Magarça e a Estrada da Pedra, repletos de lixo nas calçadas na véspera de Natal, estavam limpos na manhã de Natal. Segundo o comerciante Joel Bispo da Cunha, que mora na rua Itapecuru Mirim, em Guaratiba, os Garis já estiveram no local já no fim da tarde de quinta-feira.

- Os garis passaram na rua terça-feira, quinta-feira e sábado. Então, ontem mesmo (terça) eles recolheram o lixo que nós deixamos aqui – contou.

Moradora da mesma rua há sete anos, a costureira Bernadete Moreira disse ainda que vizinhos que já sabiam da paralisação, decidiram retirar os lixos de suas casas apenas quando os garis chegaram ao local. Ela elogia os funcionários que atuam na região:

-Nunca tivemos problemas com a questão do lixo aqui. Os garis são muito atenciosos. Todo mundo por aqui já os conhece. Na minha opinião, ganham até pouco por tudo que fazem. Espero que a empresa dos caminhões resolva esse problema com a prefeitura para que ninguém saia prejudicado – afirmou.

No último domingo, a Colares Linhares reduziu à metade da frota de caminhões que fazem a coleta de lixo alegando ter R\$16, 5 milhões a receber da Prefeitura do Rio por faturas em atraso. Dois dias depois, a juíza de plantão Soraya Pina Bastos concedeu uma liminar em favor da Comlurb, determinado a normalização da coleta. Na ação da justiça, a empresa municipal argumenta que apenas uma fatura que venceu no último dia 5 estaria em aberto e que não haveria razão para a suspensão dos serviços.

Uma pessoa foi infectada pela chikungunya a cada 13 minutos

Neste ano, uma pessoa foi infectada pelo vírus da chikungunya a cada 13 minutos na cidade do Rio. Até o dia 18 de dezembro, a secretaria municipal de Saúde registrou 38.082 casos da doença, com 48 mortes.

Para o infectologista Edimilson, Migowski, professor de medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), o número pode ser muito maior. “São 38 mil casos notificados, mas para mim esse número chega perto de um milhão de casos. Devemos ter cerca de 30 vezes mais casos do que a quantidade que é notificada. Essa é a conta real” afirmou Migowski à reportagem da GloboNews.

Os casos do município aumentaram mais de 255 % em relação a 2018. Nos 12 meses do ano passado, a cidade contabilizou 10.746 registros da doença, com dez óbitos. “A principal forma de prevenção é combater o mosquito. Precisamos lembrar que 80% dos criadouros estão nas residências das pessoas. Eles estão na água para o consumo humano ou no lixo, que não ganha o destino correto e vira criadouro”, afirma Migowski.

Números de casos no estado foi recorde

Os principais sintomas de chikungunya são mal-estar, febres, dores nas articulações, dores pelo corpo, dor de cabeça, náuseas. “A dor muscular pode se arrastar por semanas, meses ou anos. Portanto, a prevenção é o melhor negócio”, insiste Migowski.

O número de casos de chikungunya em todo estado também foi um recorde em 2019. Até o fim de novembro, foram registrados 82.614 casos da doença, o maior número de infectados em um único estado do Brasil. Ao todo, 59 pessoas morreram. Em 2018, nos 92 municípios do Rio de Janeiro, foram registrados 37.768 casos de chikungunya, com 20 mortes.

27/12/19

Virada terá 11 palcos

Além de Copacabana, réveillon já tem atrações confirmadas em outros pontos do estado

Um público de 2, 8 milhões de cariocas e turistas é esperado para a festa da virada em Copacabana. Mas não faltam opções para quem quiser curtir o réveillon em outros locais do estado: há atrações confirmadas em mais dez palcos no Rio, em Niterói e na Baixada.

Ontem, o governador Wilson Witzel anunciou que a festa de Copa vai receber esta semana seu primeiro patrocínio. Serão R\$ 5,5 milhões de duas empresas por meio da Lei Estadual de incentivo à Cultura. Segundo Witzel, o estado fez uma contribuição “decisiva” para festa. A SRCOM, que foi contratada pela prefeitura para organizar o evento ainda busca um aporte de R\$ 1,5 milhão pela lei federal.

O gasto total previsto com shows, queima de fogos e estrutura é de 13 milhões. O valor que não for coberto pela iniciativa privada será arcado pelo próprio município.

POLÊMICA GOSPEL

Copacabana, como sempre, será a estrela da festa da virada, cujo tema este ano será amor “Amor à Cada Vista”. Quem for à orla poderá, além de assistir aos 14 minutos de queimas de fogos, poderá se divertir em frente a quatro palcos montados na areia. Os principais nomes da noite serão Ferrugem e Diogo Nogueira, mas outra

atração tem roubado a cena: o show da cantora gospel Anayle Sullivan foi vetado pela Justiça após uma ação ajuizada pela Associação de Ateus e Agnósticos (Atea).

O presidente da Riotur, Marcelo Alves, disse que a Procuradoria Geral do Município vai recorrer da decisão.

- A escolha do elenco foi da SRcom com base em estudos dos artistas de maior audiência das rádios. A escolha não foi da prefeitura.

A prefeitura divulgou ontem a operação especial de trânsito para a festa de virada. Diferentemente do ano passado, como não foi implantado o horário de verão este ano, a pista junto à orla da Atlântica será fechada às 7h do dia 31 e a liberação da via vai acontecer às 18h do dia 1º de janeiro.

Alívio de R\$ 4 só no Catamarã de Charitas

Depois de anunciar que o desconto de R\$ 4 na integração entre ônibus municipal e barcas começaria hoje, a prefeitura de Niterói informou que a medida começará apenas em fases de testes com o catamarã de Charitas, linha seletiva em que não há desconto no Bilhete Único e que tem menor fluxo de passageiros.

O município não divulgou nova data para que o subsídio entre em vigor na travessia Araribóia - Praça Quinze. Desde quando foi anunciado em novembro, o projeto passou por diferentes alterações.

Com a proposta que será iniciada hoje, quem paga R\$21, 65 (R\$4,05 do ônibus municipal mais R\$ 17, 60, do catamarã) desembolsará R\$17, 65 após o desconto.

Segundo a prefeitura, o desconto será validado para as barcas Niterói- Praça Quinze após o período de testes em Charitas. Quando ativado o desconto, na integração com as barcas, passageiros da Estação Araribóia que não têm direito ao desconto no Bilhete Único e pagam R\$10, 35 (4, 05 do ônibus municipal e R\$ 6, 30 da travessia) pagarão R\$6, 35.

28/11/2019

Estava marcada para ontem a matrícula de alunos da Escola Municipal Professora Scintila Excel, no bairro Belmonte, no município de Queimados na Baixada Fluminense. A confeitadeira Louse Nagari, de 24 anos, chegou às 7h ao local, mas não garantiu a vaga no primeiro ano do ensino fundamental para filha Lara, de 5 anos. Eram apenas nove, e todas já tinham sido preenchidas. Desde o dia 25, pais e responsáveis

dormiram na fila para conseguir matricular seus filhos. Como informou ontem o “Bom dia Rio”, da TV globo.

- Quando cheguei ainda havia umas 15 pessoas na minha frente até que um funcionário veio me perguntar quem iria fazer matrícula. Quando respondi, ele disse para voltar na parte da tarde e entrar na fila de espera, porque as vagas já estavam completas – contou Louise, que voltou à unidade ao meio-dia, deixou o nome da filha em um cadastro de reserva e foi informada sobre a possibilidade da menina ser matriculada numa escola em outro bairro:

- Moro em Belmonte, e essa é a escola mais perto da minha casa. A outra fica no jardim da Fonte. Nem dá para ir a pé. Fica inviável.

A agente comunitária de saúde Edinir dos Santos, de 38 anos, também não conseguiu matricular a filha, Eduarda, de 13 anos, no 6º ano. O nome da menina entrou numa lista de espera, mas a mãe já pensa num plano B:

- Soube que tinha gente na fila com cadeira desde ontem, mas decidi vir hoje tentar sorte. Minha primeira opção é ela estudar aqui. Se não conseguir, vou fazer uma matrícula numa escola estadual no Centro, perto da casa da minha mãe.

Na Escola Municipal Alberto Pirro, no bairro Jardim Alzira, a fila começou na véspera. A técnica de Enfermagem Cristiana Pifanes Terra, de 37 anos, esperou 20 horas e meia para conseguir uma vaga para o filho, Pedro, de 6, que vai ingressar no 1º ano:

- Cheguei às 10h30 do dia 26, e já havia oito pessoas na minha frente. Eram 15 vagas, mas já estavam preenchidas desde ontem (dia 26), às 14h, porque nesse horário já eram mais de 20 na fila.

Segundo Cristiane, ela e marido se revezaram à espera de atendimento na escola.

-Quando ele chegou do trabalho, ficou lá na fila para eu ir em casa olhar minha mãe de quase 80 anos e meus filhos. Eu o rendi às 2h, porque ele iria trabalhar de manhã.

Prefeitura se defende

A Prefeitura Municipal de Queimados informou que divulgou previamente o calendário de matrículas escolares em seus portais oficiais e que os responsáveis

poderiam fazer o cadastro tanto no dia 27 de dezembro quanto em 7 de janeiro, não havendo, portanto, necessidade de formação de filas. A gestão municipal ressaltou ainda que foram geradas cerca de mil novas vagas na rede para o próximo ano letivo e que, em caso de necessidade, os alunos serão cadastrados e encaminhados a uma unidade de ensino mais próxima de suas residências.

Sobre o número de vagas disponíveis para o 1º ano do ensino fundamental na Escola Municipal Professora Scintilla Exel, a prefeitura declarou que a maioria foi ocupada por alunos do pré-escolar que passaram para esta série. Sobre o 6º ano, acrescentou que as instâncias estadual e municipal compartilham da obrigação de oferecer vagas para o segundo segmento (6º ao 9º ano). Quando estas não estiverem disponíveis na rede municipal, serão automaticamente preenchidas por instituições administradas pela Secretaria estadual de Educação.

Em busca da queda d'água perfeita

Com a temperatura acima dos 30 graus e o sol escaldante, não tem cerca nem aviso de interdição capazes de evitar que cariocas e até turistas passem pela Estrada Dona Castorina para chegar às cachoeiras do Horto. A via está interditada desde setembro devido a um deslizamento provocado por um temporal. O Parque Nacional da Tijuca informou que o trecho está interditado para a circulação de veículos, pedestre e ciclistas por questões de segurança. No entanto, pedestres conseguem passar sem qualquer impedimento por ambas as guaritas que ficam na estrada que levam às cachoeiras.

A reportagem do Extra realizou o trajeto que leva até a última cachoeira do Horto sem qualquer fiscalização e impedimento. Na cachoeira do Chuveiro, um grupo se refrescava e ouvia música com uma caixa de som. Um dos banhistas, Bruno César, carregou a caixa até a cachoeira.

-A gente passou na guarita e não falaram nada – disse.

-André Sousa também se refrescava no local e para ele a interdição “passa batido”.

-Acho que a preocupação deles (guardas) é mais com o carro, Lógico que tem riscos, mas as pessoas por ignorância e calor acabam vindo para a cachoeira.

Wallace Santana chegou à cachoeira pela trilha interditada e achou que alguns trechos estão perigosos.

-A dificuldade é intermediária, não é fácil. A chuva pode ter influenciado sim nas condições da trilha.

Ele também diz que não recebeu nenhum direcionamento sobre o acesso interditado ou outras formas de chegar à cachoeira.

A orientação do Parque é que os visitantes utilizem a Trilha do Jequitibá, que começa no Solar da Imperatriz, para acessar as cachoeiras, mas não há funcionários nas entradas da Dona Castorina indicando que os banhistas se dirijam para a trilha alternativa.

O presidente da Associação Carioca de Turismo de Aventura (ACTA), Fábio Nascimento, recomenda outras cachoeiras na região do Horto para quem quer se refrescar sem se expor a riscos:

-A cachoeira do Quebra não tem como ir porque está isolada. Mas as cachoeiras do Jequitibá, da Gruta e do Engenho têm acesso liberado e o caminho é pelo Solar da Imperatriz. Essas cachoeiras têm fácil acesso, só um pouco mais de caminhada, e as trilhas são mais fáceis até que a da cachoeira do Chuveiro, ali o acesso está cada vez mais perigoso - pontua.

29/12/19

Iemanjá: festa fica restrita ao Mercado de Madureira

Pela primeira vez, a festa tradicional em homenagem a Iemanjá realizada há 17 anos pelo Mercado de Madureira não teve cortejo até a praia de Copacabana. Ontem, o evento aconteceu dentro do Centro comercial, na Zona Norte.

De acordo com organizadores, só as oferendas para o orixá foram levadas até a praia, sem carreata, em uma versão mais simples da festa.

-Há três anos a prefeitura não dá apoio, dificultando a celebração. A festa de réveillon começou com os umbandistas. É lamentável uma prefeitura que não apoie as ações ligadas à cultura popular afro-brasileira - afirmou o babalaô Ivanir dos Santos.

Em entrevista ao “RJ1”, da TV Globo, o organizador do circuito, Hélio Sillman, explicou a mudança: “ Não vamos fazer o ritual da carreata. Nós fizemos uma festa bonita aqui no Mercado. Lá em Copacabana, vamos só entregar os presentes.”

No ano passado, Hélio já havia mostrado indignação por ter tido apoio logístico da prefeitura para o evento, como esquema de trânsito, batedores e guardas municipais.

Em nota, a prefeitura desmente a falta de apoio e explica que, para manifestação religiosa, não é necessário alvará.

“Somente foi solicitada à prefeitura a autorização para a festa que acontece após a procissão, na areia de Copacabana, altura do Posto 3, em frente à rua Paula Freitas, no dia 28. Todos os órgãos deram o nada a opor em relação a ela, portanto, está liberada para acontecer”, destacou o texto.

Estátua de Ayrton Senna vira atração em frente ao palco

O piloto Ayrton Senna foi homenageado com uma estátua instalada em frente ao Hotel Belmond Copacabana Palace. De frente para o palco do show do réveillon e sem autorização da prefeitura, o monumento que celebra o corredor de Fórmula 1 tem chamado a atenção de brasileiros e estrangeiros que passa na orla.

-Só parei para tirar foto porque a estátua é dele. Ayrton Senna fez história - afirmou Samanta Moreto, turista de Monte Alto (SP) que passou a última semana no Rio.

Instalada sobre uma estrutura de pedra de 80 centímetros que simula um pódio, a estátua de bronze de um de 1,76 metro é assinada pelo artista Mário Pitanguy. Segundo ele, a obra demandou seis meses de trabalho, custou R\$ 150 mil e ficou pronta no último dia 20.

-Sempre fui um grande fã de Ayrton e, quando recebi a encomenda, me senti extremamente motivado a fazer a melhor escultura possível- contou Pitanguy.

Fruto de uma campanha do site Hotel Urbano, a peça foi colocada no local de madrugada de quinta para sexta-feira e, desde então, virou parada obrigatória para turistas.

30/12/10

Um tombo na arrecadação

Entre os 12 municípios com maior população do país, Rio teve a maior queda absoluta

O Rio amarga este ano, em valores absolutos, a maior queda na arrecadação de impostos entre as 12 cidades mais populosas do país em comparação com 2018. Até a última quinta-feira, entraram nos cofres do município R\$ 25,96 bilhões. Sem corrigir a inflação, a conta é R\$ 1, 71 bilhão (6, 1%) menor do que o arrecadado no exercício anterior (R\$ 27,67 bilhões), apesar de dois anos seguidos de aumento do IPTU. Segundo especialistas, a queda explica a turbulência nas contas da prefeitura, com reflexos na Saúde Municipal, e indica ineficácia na gestão, associada a fatores como o aumento da informalidade.

Economistas afirmam que o Rio é afetado por uma crise também existente nas esferas estadual e nacional, mas ressaltam que outras capitais, como Belo Horizonte, mostram-se mais eficientes. Para Cláudio Frischtak, presidente da consultoria Inter B, a gestão Marcelo Crivella falhou em relação às receitas, ao manejo das despesas e à operação do dia a dia da cidade:

-O que vemos é um crescimento da cidade ilegal, com construções irregulares e aumento do número de camelôs, o que destrói o comércio que paga os impostos ao município. E tudo com a leniência da prefeitura.

Este ano, o Rio até conseguiu superar 2018 em arrecadação de IPTU: embolsou R\$ 3, 64 bilhões, contra R\$ 3,33 bilhões no ano passado. Mas está a R\$ 752 milhões do previsto. Outro tributo, o ISS costuma atingir cifras consideráveis em dezembro, mas precisa de R\$ 716 milhões para chegar ao esperado.

Chefe da Divisão Econômica da Federação Nacional do comércio, Fábio Bentes cita dificuldades na área de turismo como agravantes:

-A degradação da cidade também afeta, sobretudo, o setor de turismo. O Rio tem um passivo enorme de serviços, e a indústria não se recuperou.

A prefeitura não comentou.

Saúde municipal, um paciente em lenta recuperação

No primeiro fim de semana, após o pagamento da prefeitura do Rio da segunda parcela do 13º salário a servidores da Saúde, pacientes ainda encontram problemas em unidades municipais, principalmente a longa espera por atendimento. Alguns relatos, porém, já era de melhora para a situação. Peterson Antônio, de 26 anos, que após um acidente de moto foi, segundo sua mulher, Luana Silva, de 17, recusado em novembro

no Hospital Pedro II, em Santa Cruz, conseguiu ser atendido, ao voltar na última semana. Ele espera por uma cirurgia no braço e no joelho, fraturados.

-Meu marido veio no mês passado, mas ninguém atendeu - contou Luana, explicando que na quarta voltou ao hospital: - Chegamos às 3h, e ele só foi atendido às 7h. Ainda não deram previsão para cirurgia.

Camila Cristina Gomes, de 30 anos, admite que esperava encontrar situação pior ao levar o filho Everthon, de 10, diagnosticado com apendicite.

- Chegamos aqui ontem de manhã e, em 20 minutos, encaminharam meu filho para o exame de sangue e a tomografia. A operação foi hoje pela manhã. Eu estava morrendo de medo de vir para cá com ele, mas deram bastante atenção. Tem refeições para ele, para mim, como acompanhante, ar-condicionado...

Ontem, além da falta de maca e até de álcool, a queixa era de parentes que enfrentaram horas para conseguir visitar pacientes. Maria Sandra da Silva veio de São Paulo na esperança de ver a mãe, de 91 anos. Chegou ao Pedro II por volta das 14:30. A visita era às 15h, mas às 18h ainda não tinha conseguido vê-la. Outra filha dela, Tânia Lopes, reclamou do atendimento:

- Minha mãe está pelada, só com fralda. Trouxe uma bolsa de roupas para ela, mas até agora não me deixaram entrar.

Os pacientes que estiveram no Albert Schweitzer, em Realengo, ficaram surpresos com a rapidez tanto na maternidade como nos setores de pediatria, ortopedia e clínica geral.

-Meu pai chegou por volta das 18h e às 19h, tinha feito todos os exames, além de já estar medicado - contou Marco Cordeiro, de 37 anos, cujo pai, Reynaldo Deolino, de 62, foi levado à unidade após fraturar bacia e atendido imediatamente: - Estão funcionando raio-X, ar-condicionado...Fiquei preocupado quando soube que viria para cá, mas me surpreendi..

Em nota, a Secretaria municipal de Saúde afirma que “não procede que haja falta de assistência ou descaso com os pacientes, que vêm recebendo os cuidados indicados para seus quadros clínicos, e que as dúvidas serão esclarecidas diretamente com os pacientes e seus familiares.